



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 689 - DE 21 DE MAIO A 3 DE JUNHO DE 2023 - R\$ 5,00

Grupo dos Sete (G7) prepara novas medidas de prolongamento da guerra na Ucrânia

◉ imperialismo promove o cerco econômico-militar à China

A guerra na Ucrânia e a guerra comercial no Indo-Pacífico formam parte de um único processo das tendências desintegradoras do capitalismo mundial

Objetivamente, o programa da revolução e do internacionalismo proletário emerge da desintegração do capitalismo

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA EM LUTA CONTRA A DOMINAÇÃO IMPERIALISTA PODE ACABAR COM A GUERRA E IMPOR UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO

Governo Lula se encontra mergulhado na profunda crise política

LUTAR POR UM PROGRAMA PRÓPRIO DOS EXPLORADOS E CONSTITUIR UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

14 anos do falecimento de Guillermo Lora

Memória Eterna ao dirigente do POR da Bolívia e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!



A crise mundial persiste e prolonga-se a guerra na Ucrânia

O fundamental está em que retarda a resposta da classe operária

O governo da Ucrânia anunciou que está em andamento uma contraofensiva para retomar as posições estratégicas conquistadas pela Rússia na região de Donbass. Desta vez, as Forças Armadas ucranianas afirmam estar mais bem preparadas, com novos armamentos e reforço aos já utilizados na guerra que entrou no décimo sexto mês.

Não há possibilidade, tudo indica, de uma completa derrota das forças russas. O imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, tinha ciência de que a Ucrânia não poderia triunfar. Mas, poderia resistir ao ponto de enfraquecer a capacidade econômica, militar e política da Rússia. O que resultaria em debacle do governo Putin.

Joe Biden conseguiu alinhar por detrás da política norte-americana a União Europeia e impulsionar a escalada militar em nível mundial. Mas, o imperialismo não obteve êxito em isolar a Rússia dos países que constituem o G20. A estratégia do imperialismo foi a de alimentar a guerra na Ucrânia com fartos recursos financeiros e militares, sem que a OTAN se lançasse ao confronto direto com a Rússia. O armamento do governo Zelensky ocorreria de acordo com o desenvolvimento da guerra e as possíveis respostas da população afetada, tanto direta quanto indiretamente afetada. Os armamentos mais modernos e potentes têm sido postos em poder das Forças Armadas ucranianas. Discute-se, no momento, quando o Ocidente entregará os aviões de guerra e os mísseis de longo alcance exigidos pelo governo da Ucrânia.

A contraofensiva, em setembro do ano passado, que levou as forças russas a cederem terreno em Donbass não teve como ser sustentada por Kiev. Agora, o imperialismo aguarda o resultado da nova contraofensiva, que está para ocorrer, para verificar o que fará. Tudo indica que a Ucrânia em ruína e com o seu povo cansado dos bombardeios incessantes não tem como modificar o curso dos acontecimentos a seu favor. O que se pode esperar é mais destruição e carnificina.

Alimentar o governo servil de Zelensky e da oligarquia capitalista com armas mais poderosas, significa aproximar ainda mais a OTAN e os países do leste europeu, pelo menos os mais envolvidos no apoio à Ucrânia, de uma confrontação direta com as forças russas. Uma das hipóteses aventadas por analistas é a de que a contraofensiva, vitoriosa ou fracassada, levará os Estados Unidos a procurarem uma via para estancar a guerra. O motivo estaria nas dificuldades econômicas internas e a necessidade estratégica dos norte-americanos de concentrarem força no enfrentamento à China. A recente quebra bancária trouxe à tona o espectro da hecatombe de 2008-2009, que colocou a maior potência no epicentro da crise mundial.

A guerra comercial com a China atingiu tal ponto de ebulição que o imperialismo não tem outro caminho a não ser se preparar para um possível enfrentamento militar. Não há, porém, como dissociar o choque da Rússia com os Estados Unidos, que se dá por enquanto nos marcos do território ucraniano.

Cada vez mais fica claro e indisfarçável aos olhos da população trabalhadora que a Ucrânia está sendo usada como bucha de canhão e que a oligarquia burguesa ucraniana se vale do fantoche Zelensky para anexar o país à União Europeia, como ocorreu com os países do leste europeu, que sucumbiram ao processo de restauração capitalista. Não por acaso, a Polônia, Romênia e República Checa se tornaram os cães de guarda do

capital monopolista e financeiro usados pelos Estados Unidos e pela OTAN. Posição essa que reflete a submissão da Alemanha às ordens norte-americanas, que fizeram do país uma base da OTAN, e que, sob a justificativa da guerra na Ucrânia, assumiu a escalada militar na Europa.

Chegou-se a essa situação devido a que a classe operária e os demais explorados tenham sido arrastados pelo processo de restauração capitalista, que varreu as “repúblicas populares” no leste europeu, levou ao desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), destruiu valiosas conquistas dos explorados e povos oprimidos e desfechou um duro golpe no processo histórico de transição do capitalismo ao socialismo. A herança da contrarrevolução pesa esmagadoramente sobre os ombros do proletariado, que paga pelo retrocesso de suas organizações e pela ausência da direção revolucionária que se ergueu às alturas com a Revolução Russa e edificação da URSS.

A reunião do G7 que se realiza no Japão - justamente em Hiroshima, que serviu de experimento norte-americano de explosão da bomba nuclear, quando a guerra, em 1945, já estava vencida - é de um cinismo inimaginável. As potências que apertaram o cerco econômico-militar à Rússia, que mantiveram e reforçaram a OTAN depois do fim da URSS, portando, sem a justificativa original da “Guerra Fria”, propagandeiam que a escolha de Hiroshima é para o Japão mostrar seu “compromisso com a paz e com a não proliferação nuclear”. Ao contrário, se trata de um encontro dos imperialistas, sob as ordens dos Estados Unidos, para impor novas sanções à Rússia, recrudescer a guerra na Ucrânia, avançar o armamentismo na Ásia e pressionar as nações não alinhadas, como a Índia, Indonésia etc., a mudarem de posição.

A cúpula do G7, sobretudo, está voltada à escalada armamentista na Ásia, como já está previsto com o aumento de bases militares norte-americanas nas Filipinas. Japão, Coreia do Sul e Austrália estão sendo preparados para enfrentar o “expansionismo chinês”, segundo o conceito do próprio imperialismo norte-americano. Essa movimentação indica que a crise mundial abriu caminho para confrontos militares entre potências com capacidade nuclear.

O prolongamento da guerra na Ucrânia é do interesse dos Estados Unidos, que lideram as manobras para se impor diante da Rússia e da China. São passos dados nos marcos da desintegração do capitalismo impulsionada desde 2008, no sentido de o imperialismo norte-americano reagir ao seu declínio como potência hegemônica. A absorção da Ucrânia e da Geórgia pela União Europeia passou a ser estratégica. E, para isso, a OTAN tem de se implantar em todas as fronteiras da Rússia. O ingresso da Finlândia - e, logo mais, o da Suécia -, no âmbito do militarismo norte-americano, sem dúvida, demonstrou que as tendências bélicas da crise mundial estão se impondo como expressão da política imperialista, que pode levar a uma conflagração mais grave e até a Terceira Guerra.

A posição do proletariado se concentra na luta pelo fim imediato da guerra na Ucrânia e da escalada militar na Europa e na Ásia. Torna-se cada vez mais imprescindível que os explorados levantem a bandeira de paz sem imposição do imperialismo, por uma paz sem anexação.

Crise política

Lira exige que Lula se sujeite ao Congresso Nacional

Bolsonaro tentou governar por cima dos partidos, senadores e deputados, mas acabou se sujeitando. A fórmula de Lira é simples: descentralizar o poder e acatar a vontade da maioria que controla o Legislativo. Lula está tentando manter a centralização e o controle das decisões do Congresso Nacional.

Segundo Arthur Lira, presidente da Câmara Federal, assim não vai dar certo. O novo governo deve mudar de rota, seguindo o exemplo de Bolsonaro. Não há outra possibilidade para se evitar um conflito maior entre o Executivo e o Legislativo.

A exigência do chefe da oligarquia parlamentar não se resume a discutir e a modificar as proposições que vêm da presidência da República. Os deputados e senadores necessitam de parte do Orçamento para exercerem sua influência político-administrativa sobre seus comandados nos estados e nos municípios. Os congressistas não podem respirar sem que o governo alimente seu pulmão com verbas públicas, que passam a ser distribuídas pela casta parlamentar que controla o Congresso Nacional e pelos partidos que têm em suas mãos governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Bolsonaro se curvou perante a oligarquia legislativa montando um esquema que ficou conhecido como “orçamento secreto”. O que conferiu enorme poder aos presidentes da Câmara e do Senado sobre os parlamentares, e, portanto, sobre os partidos. Quem tem a chave do cofre pode, em última instância, ditar as ordens ao presidente da República e interferir diretamente na governabilidade na forma de subordinação dos ministérios estratégicos.

Lira diz que não cabe ao Congresso Nacional e, portanto, aos partidos negociarem cargos na máquina executiva, principalmente, ministeriais. Essa benevolência do oligarca oculta que a melhor forma de influenciar e condicionar a governabilidade se encontra no controle de uma porcentagem do orçamento pela casta parlamentar. É assim que está posta na relação de poder entre o Legislativo e o Executivo.

A ideia jurídica de separação, igualdade e harmonia entre os poderes, para decidir democraticamente as divergências de interesses, que se gestam cotidianamente no seio da burguesia e das suas frações, se mostra uma ficção, quando se disputa o poder de decisão em torno à maior ou menor centralização e descentralização. A história política do Brasil está marcada pela necessidade da centralização autoritária.

Os vinte e um anos de ditadura militar, de 1964 a 1980, é a melhor prova. Evidentemente, têm seus antecedentes na denominada velha e nova República. A reconstrução da democracia oligárquica após 1980 não conheceu nenhum momento significativo de estabilidade política. Foram pontos altos da crise de governabilidade o impeachment contra o governo Collor de Mello e de Dilma Rousseff. Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso não se caracterizaram pela estabilidade. O próprio PT tentou a via do impeachment como instrumento de disputa política com o PSDB e a sua aliança de centro-direita.

Apesar de a situação econômica favorecer a governabilidade de Lula, iniciada em 2003 e concluída em 2010 no seu segundo mandato, esteve acossado o tempo todo por sucessivas denúncias de corrupção. Também houve tentativa de derrubar o governo de Lula pelo impeachment. A relação do presidente petista com o Congresso Nacional ficou cravado pelo que se denominou “escândalo do mensalão” (compra de deputados).

A Operação Lava Jato, a remoção de Dilma Rousseff pelo golpe institucional do impeachment e a própria prisão de Lula foram acontecimentos que abalaram a República oligárquica. A ditadu-

ra civil de Temer, que serviu de ponte de transição para eleger o ultradireitista Bolsonaro, sobreviveu ao escândalo que envolvia o conspiracionista Temer e a JBS.

O governo militarista de Bolsonaro não logrou impor a estabilidade do regime político. Os dois anos de pandemia impossibilitaram que o governo de ultradireita ocultasse dos explorados o quanto estava comprometido com a causa burguesa em detrimento da maioria nacional oprimida. Reacenderam-se as divisões interburguesas, tendo em sua base o descenso econômico do país e a elevação da barbárie social a níveis altíssimos. Mais uma vez, se tentou remover o presidente pela via do impeachment, mas o Congresso estava controlado pelos mesmos oligarcas da política burguesa, sob a chefia de Arthur Lira.

A disputa eleitoral entre Lula e Bolsonaro se deu nos marcos de agravamento da crise política, em que a ultradireita apresentava a via de um golpe de Estado como forma de conservar-se no poder. O questionamento das urnas eletrônicas foi parar no Congresso Nacional, mas, mesmo derrotados, os bolsonaristas não desistiram da bandeira de volta dos militares ao poder.

A tentativa aventureira de impedir a posse de Lula, que concluiu na invasão da Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro, foi uma pedra colocada no percurso da meta do presidente petista de equilibrar-se na presidência da República e deixar para trás a situação instável de governabilidade. As inúmeras prisões, o processo seletivo de mais de duas centenas de manifestantes que terão de arcar com a ação penal, a dificuldade de manter afastados da justiça os empresários diretamente envolvidos no golpismo e a difícil implicação da alta cúpula militar na aventura de 8 de janeiro se arrastam sob os pés do governo Lula. Como condenar manifestantes estúpidos que foram arrastados pelos discursos de Bolsonaro, deixando de lado os empresários, os militares e o próprio ex-presidente da República, que são os principais responsáveis?

A história política do Brasil está marcada pela necessidade da centralização autoritária.

O problema da instabilidade política aumenta com a herança deficitária deixada por Bolsonaro, que praticamente amarra o novo governo pelos pés. A oligarquia parlamentar se apoia nesse terreno acidentado e no precipício que se apresenta no horizonte para impor a Lula as condições de sua governabilidade. Lira está pela inviabilização da centralização pretendida pelas forças que de fato estão pelo controle presidencial do processo político-administrativo do Estado burguês.

A imposição das primeiras derrotas ao governo no Congresso foi o sinal de que ou se vai para o divórcio, ou se mantém um casamento de conveniência. A derrubada do Decreto que alterava o Marco Legal do Saneamento Básico serviu de demonstração de que o Centrão e seu chefe Lira vão ao enfrentamento com o governo, caso não se curve às exigências de compartilhamento e de financiamento das emendas parlamentares.

Os governistas não conseguiram barrar a CPMI do 8 de janeiro e a CPI do MST. O ataque da direita, ultradireita e do agronegócio ao MST, em particular, expõe um dos pontos fracos do petismo e do lulismo, que não podem expurgar nem defender o movimento dirigido por Stédile.

É nesse embaralhado clima político que está posta a discussão sobre a mais importante peça administrativa do governo de frente

ampla, que é o novo arcabouço fiscal, montado pelo ministério da Fazenda (PT) e do Planejamento (MDB). Está patente que o formato original vai ser alterado contra a vontade dos governistas. Nesse mesmo sentido, vem caminhando a oligarquia parlamentar para inviabilizar a tentativa de Lula mudar os termos incrivelmente vendilhões e entreguistas da privatização da Eletrobras. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aconselhou o presidente a não mexer com o caso da Eletrobras, em que o Estado tem 43% das ações, mas só pode ter 10% dos votos no Conselho.

Não foi problema para Lula negar o pedido das centrais de reorganizar a reforma trabalhista. Em se tratando dos interesses dos trabalhadores, o governo petista despende pouco esforço em negar as mudanças que vêm das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. A burocracia sindical cumpre seu papel de proteção à governabilidade petista diante dos explorados.

Os governistas não conseguiram barrar a CPMI do 8 de janeiro e a CPI do MST. O ataque da direita, ultradireita e do agronegócio ao MST, em particular, expõe um dos pontos fracos do petismo e do lulismo, que não podem expurgar nem defender o movimento dirigido por Stédile.

O que se negocia quanto ao arcabouço fiscal é manter pelo menos o Bolsa Família e outros programas assistenciais fora das cláusulas restritivas. Todas as questões conflituosas se dão no âmbito dos interesses da burguesia e de suas frações. É nesse quadro que se potencia a crise política.

A classe operária e os demais explorados têm ficado à margem desse processo devido à ampla estatização dos sindicatos e o apoio quase geral da burocracia sindical ao governo de pretensa conciliação de classe de Lula, do PT e dos seus aliados de esquerda.

A defesa do programa próprio do proletariado somente poderá ser levada adiante por um movimento de massa que se erga como oposição revolucionária ao governo Lula impotente diante da oligarquia parlamentar chefiada por Arthur Lira (PP) e Rodrigo Pacheco (PSD) e submisso ao grande capital nacional e internacional.

Ainda sobre o MST Uma pedra no sapato do governo Lula

Os capitalistas do agronegócio do Estado de São Paulo preteriram a presença do ministro da Agricultura de Lula, Carlos Fávaro, na fantástica feira do Agrishow, e acolheram calorosamente o ex-presidente Bolsonaro. Houve uma ameaça de o Banco do Brasil de cortar o financiamento do evento. Mas, não passou de despeito. O governo não tem força política para se impor diante do poderoso agronegócio.

Logo em seguida, o MST realizou a sua IV Feira da Reforma Agrária no Parque da Água Branca, na cidade de São Paulo. Lula orientou que a prestigiasse com a presença de membros do governo, o que incluiu o vice-presidente Geraldo Alckmin. Causou estranheza na grande imprensa que Alckmin, ex-governador de São Paulo pelo PSDB e, portanto, homem do agronegócio, tenha sido aplaudido na feira camponesa do MST com a cantoria “guerreiro do povo brasileiro”, que há muito os petistas vêm embalando o próprio Lula. Não tardou para que Alckmin declarasse para os capitalistas do agronegócio que condena a ocupação de terra. Assim, descartou a cantoria hipócrita dos nacionalistas do MST, do PT e aliados esquerdistas de “guerreiro do povo brasileiro”.

O vice-presidente não fez senão ecoar a posição reacionária do ministro da Agricultura Fávaro, que, de resto, corresponde à do presidente Lula e da maioria que compõe o seu governo. A diferença está em que a ala de Fávaro está por criminalizar o MST e a outra, a do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, prefere a política de conciliação de classes, que é de não criminalizar, mas negociar em cada situação que os camponeses desrespeitem a propriedade privada dos latifundiários.

Alckmin teve de responder aos jornalistas a uma questão espinhosa sobre a CPI do MST. Afinado com o governo, que não foi capaz de conter a criação da CPI, declarou que não é próprio do Congresso fazer o papel “policialesco”. E completou: “Já existem muitos órgãos de fiscalização”. Ou seja, o próprio governo, a justiça, a polícia e, se precisar, os militares. O Paulo Teixeira, por sua vez, em tom de brincadeira, disse que a CPI vai encontrar “coisas gravíssimas”, ‘como suco de uva produzido sem escravo’.

A despreocupação, real ou fingida, de Lula diante da CPI do MST é sintoma das contradições próprias de um governo burguês

que, pretensiosamente, se põe a maquinar relações de colaboração de classes impossíveis de alcançar. O resultado sempre será contra as necessidades e as aspirações da classe oprimida, no caso em questão, a classe camponesa. Trata-se de uma fantasia dos pseudos reformistas incluir João Pedro Stédile na caravana do agronegócio que esteve na China, bem como reservar um assento ao MST no “Conselho”. A direção do MST acredita que fortalece a luta camponesa com tais participações, principalmente conseguindo indicar nomes para o Incra. O agronegócio e a imprensa rechaçam essas atitudes liberais com o MST não porque os grandes proprietários de terra estejam de fato diante de um poderoso movimento de ocupação de terra. Há, porém, o receio de o governo petista relaxar minimamente a vigilância à proteção da propriedade latifundiária.

Lula causou clamores de reprovação da imprensa por ter afirmado que o seu ministro da Agricultura foi “desconvidado” da abertura do Agrishow por obra de “alguns fascistas de São Paulo”. Na realidade, não são “alguns fascistas”. Os mais exaltados bolsonaristas da agropecuária e da agroindústria, de fato, expressam o antigo reacionarismo da oligarquia agrária, que se formou sobre a base inicial do colonialismo e do escravismo. É no seio dessa fração capitalista que se gestou o golpismo bolsonarista, que fracassou devido à divisão burguesa e aos alinhamentos externos ao país.

O golpe de 1964 se viabilizou nas condições econômicas e sociais, internas e externas, em que a oligarquia agrária contou com uma grande unidade burguesa. É bom ter claro que a luta de classes no campo, impulsionada sob a bandeira de reforma agrária, e a sua confluência com as lutas operárias urbanas, na década de 1950 e início de 1960, levaram à unidade burguesa golpista, apoiada no intervencionismo imperialista dos Estados Unidos. A ausência de um partido revolucionário foi o fator decisivo para que a luta de classes no campo e nos centros urbanos derrotasse a contrarrevolução.

Certamente a situação mundial e nacional de hoje tem características e relação particulares distintas. Mas os fundamentos de classe, as necessidades objetivas de transformações na economia agrária e industrial e a presença marcante do campesinato na vida

nacional permanecem. É o que explica o surgimento do MST e de outros movimentos camponeses voltados à posse da terra e contrapostos ao domínio latifundiário.

A ditadura militar sufocou com a brutal repressão o movimento das massas camponesas, mas não pôde e nem poderia eliminá-lo, uma vez que a modernização agroindustrial se deu sobre as bases da propriedade latifundiária, do processo de crescente concentração de riqueza, expulsão de parte dos camponeses das micro, pequenas e médias propriedades e da grilagem de terras indígenas. É o que explica a brutal violência reacionária da velha e nova oligarquia agrária que ainda persiste, e a potenciação de uma fração fascizante, que se manifestou abertamente no processo de impeachment de Dilma Rousseff e de sustentação do governo bolsonarista de ultradireita. Os casos da prática do trabalho escravo são sintomas da opressão sofrida pelas massas camponesas e indígenas.

Há que se levar a sério a CPI do MST. Não é porque já se promoveu várias CPIs “que não deram em nada”, para criminalizar

o movimento camponês de ocupação de terra, que se deve tratar com desdém a nova ofensiva do agronegócio contra os pobres do campo. Em absoluto, a CPI reacionária deve ser aproveitada para os sindicatos, movimentos e partidos que se dizem comprometidos com a causa camponesa colocarem em marcha uma campanha nas cidades, nos campos e nas florestas contra a criminalização, pela reforma agrária e pela formação de comitês de autodefesa, de forma que se conduza a uma poderosa aliança operária e camponesa. Essa deve ser a resposta imediata à CPI do MST e a toda sorte de ataque ao movimento camponês.

A vanguarda com consciência de classe defende firmemente o MST contra a criminalização, sem ocultar as críticas e as denúncias da política de colaboração de classes e de sujeição ao governo burguês de Lula, cuja responsabilidade é de sua direção, e não dos camponeses que por enquanto a seguem. O movimento pela reforma agrária somente se erguerá contra o sistema latifundiário de dominação se deixar para trás as teses dos reformistas e trilhar o caminho da revolução social, que é em sua essência proletária.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO – MEMBRO DO COMITE DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

**Órgão do Partido
Operário Revolucionário**

 (11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

Abaixo a CPI do MST! Não à criminalização do movimento camponês!

11 de maio de 2023

No final de abril, o presidente da Câmara dos Deputados e conhecido oligarca, Arthur Lira, leu o requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar e criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os representantes mais diretos dos latifundiários, da agroindústria e do agronegócio agiram nesse sentido em resposta às ocupações de terra na jornada do “Abril Vermelho”, sob a bandeira “Reforma Agrária contra a fome e a escravidão por terra, democracia e meio ambiente”.

Na realidade, a fração burguesa da oligarquia agrária viu a oportunidade de se valer das manifestações do MST para pressionar o governo Lula a condenar as ocupações de terra. A oposição declarada de direita e ultradireita aproveitou a campanha de toda imprensa burguesa de ataques ao movimento camponês, para se potenciar no Congresso Nacional e inflamar a chama da oligarquia agrária vinculada ao bolsonarismo. As contradições da composição governamental de frente ampla serviram perfeitamente à causa da reação latifundiária.

O ministro da Agricultura Carlos Fávaro (PSD), que é um homem do agronegócio, não apenas excomungou o MST, como advoçou a repressão. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, do PT, por sua vez, se colocou pela “pacificação” e pelo entendimento entre o agronegócio e o MST, portanto, não rechaçou a posição de criminalizar o movimento camponês de ocupação de terra. No governo Lula, ocupa um lugar de destaque, como ministra do Planejamento, a latifundiária Simone Tebet, cujos interesses materiais convergem com a reacionária Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, do PSB, foi enfático em apoiar a cerrada campanha do agronegócio, das inúmeras associações de agropecuaristas, da

Frente Parlamentar pró-latifúndio, das autoridades e de toda a imprensa.

Raras exceções entre os governistas procuraram justificar a atitude do ministro do Desenvolvimento Agrário de negociar a retirada do MST das terras ocupadas, principalmente no caso da empresa Suzano, para não ter de jogar a polícia contra os camponeses e suas famílias. O núcleo petista do governo não teve como ir mais além de considerações políticas, de que as ocupações favoreciam a oposição e prejudicavam a aproximação de Lula com a fração do agronegócio firmemente vinculada ao bolsonarismo. É nessas condições que Arthur Lira não teve problema algum em favorecer a articulação em torno à CPI do MST.

Vozes lembram que não é a primeira vez que se monta uma investigação política dessa natureza e que não deu em nada. Não se deve, porém, desconhecer que o objetivo de criminalizar o MST – se falou em prender seu dirigente máximo, João Pedro Stédile – é parte da política burguesa de sufocar a luta dos trabalhadores com a repressão.

O “Abril Vermelho” é uma data que lembra o massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, cujo ação da polícia do estado do Pará deixou 21 mortos e dezenas de mutilados. A operação policial ordenada pelo governador do MDB cercou uma marcha pacífica de 1.500 famílias que exigiam acesso à terra, sob a bandeira de reforma agrária. O MST, infelizmente, não incorporou no “Abril Vermelho” o massacre ocorrido um ano antes, em 14 de julho de 1995, na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, no estado de Rondônia. De madrugada, a polícia invadiu o acampamento de 600 famílias, provocando 12 mortes, muitos feridos e prisões. O que se passou na Fazenda Santa Elina foi um prenúncio do que iria ocorrer em uma rodovia do estado do Pará.

A total impunidade ao assassinato de camponeses em Corumbiara expôs como funciona a ditadura de classe da burguesia sobre os movimentos que ameaçam ou podem ameaçar a sagrada propriedade privada. Não houve uma contraposição dos sindicatos operários e movimentos sociais à altura que a violência reacionária do Estado burguês exigia. Na matança em Eldorado dos Carajás, forjou-se um processo para ocultar a licença da polícia para matar camponeses que lutam pela terra, e que assim estão em confronto com os poderosos latifundiários e a oligarquia que comanda o poder político nos estados.

Em seu editorial, sob o título O “exército do Stédile está de volta”, o jornal O Estado de São Paulo, procura passar o MST como um bando de violentos, que põe em risco a democracia, enfim, o ordenamento jurídico que rege o direito à propriedade privada. É elucidativo o que diz: “O MST, como qualquer grupo de interesse da sociedade, tem o direito de existir e defender sua agenda. É intolerável, no entanto, que recorra à violência e ao desrespeito às leis e à Constituição como instrumento de ação política”. E conclui: “Isso não é democrático, é crime.” Está aí expressa a ofensiva de criminalização do MST, mascarada de democrática.

A burguesia não conseguiu acabar com o MST, que está organizado na maioria dos estados, devido ao real problema histórico da crescente concentração fundiária, da terrível subordinação dos micros e pequenos produtores ao agronegócio, da expulsão do camponês de suas terras, da invasão dos territórios indígenas e da economia agrária em grande medida voltada à exportação de commodities. E na relação econômica e social das massas camponesas com o domínio latifundiário e a projeção da agroindústria para exportação que emerge a violência. Os trabalhadores do campo – micro, pequeno e parte do médio produtor rural – são as vítimas da violência econômica do capital, que assume forma de violência político-policial.

A história da luta de classes no campo está empapada de sofrimento e sangue do camponês trabalhador. Os casos da Fazenda Santa Elina e Eldorado dos Carajás são provas de como o Estado, os governantes e, enfim, a democracia do momento tratam a questão camponesa.

O relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “Conflitos no Campo Brasil 2022”, indica que cresceram os assassinatos desde o início do governo Bolsonaro. Estão envolvidos o agronegócio, madeireiras e mineradoras. No ano passado, a CPT registrou 2018 conflitos no campo, envolvendo 909.450 pessoas. Somente 5,6% ocorreram devido a ações do movimento, como ocupações, retomadas e assentamentos. De um lado, houve queda nas ocupações; de outro, agravaram-se os conflitos envolvendo posseiros, indígenas e ribeirinhos.

Observa-se que a barbárie social chega a todas as latitudes do Brasil, com o avanço do garimpo e extração de madeira realizada em detrimento das populações trabalhadoras. Em meio à exploração e à violência praticadas sob a sombra o Estado, atua a fração burguesa narcotraficante. Está claro que o agronegócio se arma para proteger seus interesses em consonância com a repressão estatal.

Essas relações sociais ditadas pela grande propriedade e pelo latifúndio explicam a persistência do trabalho escravo no campo. Dos 207 casos registrados, houve 2.218 resgates, os maiores números da década. Os exploradores, que chegam ao ponto de violar completamente o ordenamento jurídico montado pela burguesia, expressam a violência que perpassa o poder da propriedade privada dos meios de produção sob o controle da ultraminoria capitalista. Os exploradores que se valem do trabalho escravo não têm receio de sua bárbara conduta, porque têm a certeza de que a sua propriedade privada é inviolável, como dita a Constituição burguesa e funciona o sistema jurídico.

Os capitalistas extraem enormes ganhos, acumulam riquezas e concentram a propriedade explorando o máximo possível a força de trabalho que a situação permite. Essa é a violência de classe,

que tanto sustenta o regime democrático, quanto o ditatorial. Acusar o MST de uso da violência é uma infâmia dos porta-vozes dos latifundiários, dos poderosos empresários do agronegócio e dos agentes da Frente Parlamentar da Agricultura.

Diante de tantos ataques sofridos, já era tempo da direção do MST e dos demais movimentos camponeses de terem constituído os comitês agrários de autodefesa, que implica a justa defesa democrática do direito de se armar contra a violência do Estado, dos jagunços e dos grileiros. O MST, no entanto, foi se adaptando cada vez mais à política de Estado para realizar a reforma agrária. Ei por que se tornou base de apoio do PT que, no passado, tinha como um de seus objetivos a reforma agrária. A história do MST demonstra que sem as ocupações, sem a disposição dos camponeses de suportar as reintegrações de posse pela polícia, sem os massacres da Fazenda Santa Elina e Eldorado dos Carajás e sem enfrentar as terríveis dificuldades dos acampamentos, não teriam havido inúmeras conquistas de assentamentos e demarcação de terras.

Diante da volta de Lula à presidência, reacenderam-se a esperança e a ilusão de que o PT e aliados vão apoiar uma revitalização do processo de reforma agrária a conta-gotas e pontualmente voltado às terras devolutas e propriedades improdutivas. O “Abril Vermelho” serviu mais para pressionar o próprio governo petista do que para atacar o domínio dos latifundiários, da agroindústria e dos banqueiros.

Sem lutar sob o programa de expropriação da grande propriedade, de estatização e de nacionalização da terra, não se travará a luta pela histórica aspiração camponesa de se libertar do jugo de seus opressores por meio da reforma agrária. Essa tarefa democrática será resolvida pela revolução social, tendo à sua frente o proletariado e sendo impulsionada pela aliança operária-camponesa. Sem a luta unida na cidade e no campo, para derrubar o poder da burguesia oligárquica e do imperialismo, não haverá reforma agrária.

Os duros anos de luta do MST pela manutenção dos acampamentos, pelas conquistas de assentamentos, pela proteção ao micro e pequeno produtor e por provar que é possível uma agricultura compatível com a proteção da natureza nos marcos do capitalismo trouxeram importantes lições que ainda estão por ser assimiladas criticamente. Mas, sem dúvida, está claro que não haverá uma reforma agrária no Brasil que possa conviver com o poder histórico da propriedade latifundiária e com o domínio atual da agroindústria e do agronegócio.

A reação completamente desproporcional que emergiu das entranhas mais profundas das relações capitalistas de propriedade no campo à retomada de ocupações na jornada do Abril Vermelho, por si só, indica que o MST e o conjunto do movimento camponês precisam urgentemente da aliança operária e camponesa e da organização de uma frente única anti-imperialista. As direções sindicais e políticas que mantêm um precipício entre os trabalhadores do campo e da cidade acabam por obstaculizar a luta pela reforma agrária.

A ofensiva contra o MST está posta. A montagem da CPI do MST representa apenas a face política da reação latifundiária. Serve de máscara para justificar a criminalização do movimento camponês, a proteção capitalista da propriedade privada dos meios de produção e, nesse sentido, a defesa da própria democracia burguesa, que não deixa de ser um instrumento da ditadura de classe da minoria possuidora contra a imensa maioria despossuída.

O Partido Operário Revolucionário (POR) faz um chamado aos sindicatos, movimentos e partidos que se reivindicam da luta dos trabalhadores a lançarem uma campanha imediata para pôr abaixo a CPI do MST e exigir do governo Lula a expulsão de todos os ministros que se colocaram pela criminalização do movimento camponês.

Abaixo a CPI do MST! Demissão imediata de todos os ministros que condenaram as ocupações do MST! Viva a luta camponesa e indígena pela terra! Organizar a aliança operária e camponesa! Pôr em pé uma frente única anti-imperialista!

Os conflitos no campo em 2022 retratam o aumento da violência do latifúndio e do capital

No dia 17 de abril, foi lançado o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Conflitos no Campo Brasil 2022*, em um seminário na Universidade de Brasília, com a presença de membros da CPT e representantes de movimentos sociais, como MST e Povos Indígenas. O aumento dos assassinatos cresceu anualmente desde o início do governo Bolsonaro, 2019 a 2022, e da pandemia da Covid-19. Sob o impacto da crise, ampliou-se a voracidade do capital, tendo como destaque os setores do agronegócio, madeiras, mineradoras, que se aproveitaram da crise pandêmica para “passar a boiada” da legislação de desproteção do meio ambiente, dos trabalhadores e populações dos campos e florestas.

Em 2022, foram registradas 2.018 ocorrências de conflitos no campo, que envolveram 909.450 pessoas. 96,4%, dos conflitos são violências por parte dos opressores. Só 5,6% dos conflitos são ações dos movimentos, com ocupações, retomadas e assentamentos. Os dados dos conflitos por terra demonstram essa desproporção entre a ofensiva do latifúndio e do capital e o recuo das organizações de luta.

Junto com a queda nas ocupações de terra, houve o avanço dos conflitos envolvendo posseiros, indígenas ou comunidades ribeirinhas. A marcha da barbárie social chega a todos os rincões do país, com o avanço do tráfico de drogas, armas e todo tipo de atividade ilegal como o garimpo e a extração de madeira.

Há uma escalada nos conflitos no campo, sob o segundo governo Dilma houve, em média 1.340,67 conflitos por ano; com Temer, foram 1.560,67; e sob Bolsonaro atingiu-se a média de 1.981,25 conflitos por ano. A violência é decorrente da expansão da fronteira agrícola e mineral para o Norte e Nordeste, facilitada pelas legislações que garantiram ao poder econômico maior acesso aos territórios. O genocídio Yanomami é parte desse cenário, a invasão do garimpo sob a proteção do governo estadual e federal provocou 580 mortes por causas evitáveis, entre 2019 e 2022.

Comprovando que o Estado é o comitê que gerencia os negócios da burguesia, mapeia-se as várias formas como o Estado violenta os oprimidos: é omissivo e negligente quanto ao cumprimento de legislações de regularização fundiária e direitos territoriais; é conivente com a violação promovida pelo poder econômico; age diretamente formulando novas legislações mais ajustadas aos interesses de frações do capital que se beneficiam com a violência aos povos dos campos e florestas; e até mesmo age diretamente como agressor, por meio de suas forças de segurança. A violência estatal é estrutural, não é novidade. Porém, é inegável que sob Bolsonaro ela encontrou ambiente para se expandir. No caso das invasões de territórios, das 1.935 ocorrências, entre 2013 e 2022, 61,25% se concentraram no governo Bolsonaro. Das 661 ocorrências de invasões em Territórios Indígenas na última década, 66,71% se deram sob o governo Bolsonaro.

A política de flexibilização do acesso a armas, sobretudo ao agronegócio, tem relação direta com o aumento da letalidade. Os assassinatos saltaram de 36 para 47, entre 2021 e 2022, um crescimento de mais de 30%. No mesmo período, as tentativas de assassinato cresceram 272,73% (de 33 para 123 pessoas) e as ameaças de morte passaram de 144 para 206 pessoas. Mais de 65% dessas ocorrências se concentram na Amazônia Legal, sobretudo no Amazonas e Rondônia. O terceiro estado com mais mortes foi o Mato

Grosso do Sul, com seis indígenas assassinados. O relatório aponta os novos componentes da opressão nacional sobre os povos indígenas e a questão agrária no Brasil. As ocorrências, ameaças e assassinatos da violência no campo têm por alvo principal os povos indígenas. Destacamos que das 47 pessoas assassinadas no campo, 18 eram indígenas. Também ambientalistas e defensores são vitimados, tendo como destaque o brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari, no Amazonas”. A violência de classe da burguesia não poupa ninguém, dentre os mortos, 6 eram mulheres, 9 eram adolescentes e teve a vida tirada ainda na infância. Trata-se do menino Jonathan, filho de uma liderança rural, assassinado em Pernambuco, no Engenho Roncadorzinho.

Outra forma de violência que tem se acentuado é a contaminação de solos, águas e comunidades. A liberação de novos agrotóxicos vem junto com um pico de famílias e pessoas atingidas pela contaminação. Em 2022, 8.033 famílias foram atingidas por essa violência e 193 pessoas vítimas da contaminação dessas substâncias. Propositamente se despeja chuvas de agrotóxicos sobre posseiros e comunidades tradicionais. Aumentam também as disputas por água, diretamente ligadas à mineração e ao garimpo. Em 2022, houve 225 conflitos por água, com mais de 44 mil famílias atingidas. Há uma relação íntima entre a destruição da natureza, os conflitos no campo e a concentração fundiária. O que comprova, na realidade brasileira, que o latifúndio e a burguesia são as principais causadoras do desequilíbrio ambiental no país, associado a todos os seus crimes de classe.

Persiste o trabalho escravo no campo, agravado pela extrema desproteção provocada pela contrarreforma trabalhista e, sobretudo pelo agravamento da miséria e fome causado pelas respostas burguesas à crise econômica e pandêmica. Em 2021 já havia um crescimento nos casos, mas estes aumentaram em 23% e o número de resgatados quase 30%. Nos 207 casos registrados de trabalho escravo rural, houve 2.218 resgatados, os maiores números da década. Cabe destacar entre os resgatados a presença de imigrantes de diversos países da América Latina, como Venezuela, Haiti, Colômbia e Paraguai, sintomas da crise mais geral do capitalismo.

O aprofundamento da exploração da força de trabalho no Brasil, da degradação das condições de vida, salários e desemprego além de refletir o cenário de crise econômica e política brasileira no ano de 2022, também evidencia a crise da direção do revolucionária no Brasil e no contexto internacional. Em 2023, ano de retorno do PT ao governo federal, apesar das demagogias, a política de traição da classe operária continuará a ser conivente com o mar de sangue espalhado no campo brasileiro todos os anos. Apenas a união da classe operária, maioria oprimida, nações indígenas e camponeses sob a política proletária, cujo o objetivo é o governo operário e camponês no Brasil, podem conduzir a política de verdadeira oposição e embate contra a burguesia e latifundiário. Defendemos que os explorados ergam Tribunais populares para punir os crimes de classe da burguesia. Pelo atendimento das reivindicações de reforma agrária e demarcação de terras indígenas. Lutamos pela expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses e pelo direito de autodeterminação dos povos indígenas, inclusive com o direito de se separarem e constituírem seu próprio Estado.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Nossa Classe – Extraordinário

Bridgestone anuncia a demissão de 700 operários

É PRECISO DEFENDER OS EMPREGOS COM LUTA

Está em andamento a destruição de 700 postos de trabalho pela Bridgestone, de Santo André. A poderosa multinacional japonesa simplesmente decidiu que já não tem interesse em manter a produção de pneus para carros de passeio. Isso significa aumentar o desemprego na indústria que já é grande e o desemprego em geral, que vem contribuindo enormemente para o avanço da miséria e a fome no país.

Os trabalhadores do setor automotivo, em particular, vêm sendo golpeados por fechamento de fábricas, diminuição de turnos, imposição de layoffs e PDVs. Nesse exato momento em que a Bridgestone inicia a demissão de 700 companheiros, a Mercedes colocou em layoff cerca de 1.200 metalúrgicos. É bem possível que a multinacional alemã esteja preparando mais demissões.

No ano passado, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC aceitou a imposição da terceirização na Mercedes, que levou à demissão de 3600 trabalhadores. A Volks, também, tem usado sistematicamente o layoff, que acaba em demissões. O fechamento da Ford, por sua vez, resultou em um duro ataque aos metalúrgicos e à classe operária em geral.

Está claro que as demissões da Bridgestone é parte de um conjunto de fechamento de milhares e milhares de postos de trabalho em todo o país. Isso vem acontecendo há muito tempo, sem que as direções sindicais se unam para organizar uma só luta pelos empregos, salários e direitos.

Os que os pelegos burocratas têm feito é negociar um corte de nossas cabeças. As indenizações servem para livrar a responsabilidade do patronato de destruir os empregos que são a fonte de sustento dos trabalhadores. Os acordos de demissão, assim, são verdadeiros crimes contra nossa força de trabalho e a vida de nossas famílias.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores da Bridgestone a se unirem contra o fechamento do setor de produção de pneus para carros de passeios. Chama a rejeitarem a transferência (ou promessa de transferência), para a sua fábrica na Bahia. Chama os operários a exigirem do sindicato que convoque uma assembleia para rejeitar as demissões e organizar a resistência por meio da greve. Nenhum acordo de demissão!

Que as centrais, sindicatos e movimentos iniciem imediatamente a luta nacional pelos empregos

Não vamos deixar que a multinacional japonesa Bridgestone demita 700 companheiros. É dever das organizações operárias defender o trabalho como fonte de existência da maioria, que só pode sobreviver vendendo a sua força de trabalho por um salário. Todo trabalhador sabe que mesmo estando empregado passa dificuldades porque os capitalistas pagam baixos salários. E todo trabalhador sabe que o desemprego é a maior das desgraças na sua vida e da família.

O salário e o emprego têm de ser defendidos constantemente por meio da luta unida do conjunto dos explorados. Para isso, foram criados os sindicatos, contra a vontade dos capitalistas exploradores e sob brutal repressão policial. Acontece que nossos escravizadores descobriram que a melhor forma de tirar a força da classe operária é corromper as direções sindicais. Direções essas que de operárias se tornam serviçais do patronato.

Os acordos de demissão e de fechamento de fábricas mostram o quanto as direções dos sindicatos e das centrais foram compradas e submetidas à política dos partidos burgueses. É o que vimos com o fechamento da Ford e de tantas outras fábricas. É o que vimos com as centenas de acordos de PDVs. É o que vimos com os layoffs. Tudo isso continua acontecendo em todo o país, sem que a classe operária reaja com toda sua capacidade de luta. Vimos

que o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, se reuniu com o vice presidente de Lula, Geraldo Alckmin, para pedir que ajude nas negociações do Sindicato dos Borracheiros com a Bridgestone.

Em vez de posar para uma foto com Alckmin, o sindicalista deveria estar organizando nas fábricas um movimento de defesa dos empregos que estão sendo destruídos. Deveria estar organizando um movimento pela recuperação dos postos de trabalho já destruídos. Assim, os sindicatos e as centrais estariam organizando as greves, protestos e ocupações de fábrica pela redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários.

Os trabalhadores da Bridgestone e das demais fábricas devem tomar consciência de que nossa força está na luta organizada, nas assembleias democráticas, nos comitês de luta e nas greves. Ou nós organizamos a greve unida contra a destruição de postos de trabalho, ou os capitalistas que só visam ao lucro vão continuar sacrificando a nós operários e a nossa família.

O Boletim Nossa Classe vem até os operários defender a organização de um movimento contra as demissões. Vem aos operários mostrar que o sindicato nos pertence. Que o sindicato não pertence a nenhuma direção sindical. Vamos exigir assembleia democrática para aprovar a luta contra as demissões, para aprovar uma campanha em todo o ABC pela defesa dos empregos.

Campanha em defesa da readmissão do metalúrgico da Volks José Parane

Em defesa do direito sindical e político de divergir, criticar, fazer oposição e se organizar

Não à demissão do operário metalúrgico da Volks, José Parane!

Que os sindicatos e movimentos se coloquem pela imediata readmissão do companheiro demitido por perseguição política

Não aceitemos nenhuma convivência com a ditadura da multinacional alemã contra o direito irrestrito de organização dos operários, seja da direção sindical, seja da oposição

Condenamos os privilégios e a proteção dada à direção sindical que pratica a colaboração de classe, viola a democracia operária e trai os interesses mais elementares dos trabalhadores

Está colocada uma campanha em defesa do companheiro e lutador José Parane, cujo apelido carinhoso dado por seus companheiros é de Zé Galinha

José Parane foi demitido por justa-causa, logo após o processo eleitoral de constituição do “novo” Comitê de Empresa e formação da “nova” diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC. O companheiro não escondeu suas críticas às medidas da Volks que prejudicavam os metalúrgicos da Volks. Nunca escondeu suas divergências com a direção do sindicato, que aceitava acordos de layoff e PDV. Nunca escondeu sua raiva operária contra o avanço da terceirização, o rebaixamento salarial e as demissões.

Nas eleições para o Comitê de Empresa e para a direção do sindicato, José Galinha se colocou a favor de organizar a oposição chamada “Opção Democrática”. Foi justamente esse posicionamento sindical, classista, democrático e combativo que o colocou na mira da direção da multinacional alemã.

O RH e RT aproveitaram o fato corriqueiro de José Parane ter compartilhado um vídeo de crítica à empresa para montar o processo de demissão por justa-causa. Essa medida arbitrária e ditatorial, com claro conteúdo de perseguição política, deve ser rechaçada e combatida por todos os operários e pelos sindicatos que não aceitam a supressão do direito elementar de divergir, criticar, fazer oposição e se organizar.

O fato da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC não ter se colocado contra a violenta medida patronal contra José Parane é um grave erro. É preciso corrigir essa conduta antioperária, convocando imediatamente uma assembleia na Volks para aprovar a luta pela readmissão de José Parane. Que o sindicato organize uma campanha em todas as fábricas pela readmissão do

companheiro. Que essa campanha chegue a todos os sindicatos para que fortaleçam a luta pelas liberdades sindicais e políticas.

Chamado do Boletim Nossa Classe aos trabalhadores, aos sindicatos e aos movimentos

O Boletim Nossa Classe vem até os trabalhadores denunciar a demissão arbitrária, injusta e de perseguição a um operário que elevou sua consciência política de que a sua classe é explorada e sacrificada pelas medidas de demissão, redução do valor da força de trabalho, de quebra de direitos e de brutal precarização das condições de trabalho, promovida pela reforma trabalhista de Temer. Vem até os trabalhadores denunciar a burocratização dos sindicatos e a constante ameaça de supressão da democracia sindical.

Em nome da defesa do direito de expressão, organização e manifestação dos trabalhadores, o Boletim Nossa Classe chama os operários da Volks e das demais fábricas a defenderem o fim imediata do processo arbitrário e pela readmissão de José Parane (Zé Galinha).

O Boletim Nossa Classe inicia uma campanha entre os trabalhadores, nos sindicatos e movimentos para que a Volks não vá adiante com essa brutal perseguição sindical e política.

Nota do Boletim Nossa Classe

Não ao fechamento da AVIBRAS!

Ocupar a fábrica! Os operários devem tomar o controle da fábrica e da produção em suas mãos. Lutar pela estatização, sem nenhuma indenização aos patrões!

Em 18 de março de 2022, a AVIBRAS, indústria aeroespacial de Jacaré – SP, anunciou a demissão de 420 operários, e no mesmo dia entrou com o pedido de recuperação judicial. O sindicato e os trabalhadores decretaram a greve e depois de várias manifestações e protestos, na cidade e na região, conseguiram a reintegração dos 420 companheiros demitidos. Em seguida, a empresa negociou com o sindicato e colocou todos os trabalhadores em layoff. Em setembro, a empresa atrasou o pagamento dos salários e o sindicato, juntamente com os trabalhadores iniciaram a luta, exigindo o pagamento dos salários. No dia 10 de maio, o sindicato apresentou e foi aprovado em assembleia a proposta da empresa para a

liberação da entrada de 100 operários para a produção de 72 foguetes comprados pelo Exército brasileiro. Com o dinheiro desse contrato, a AVIBRAS se comprometeu a pagar apenas três, dos oito meses de salários atrasados. Já sabemos o que o patrão vai fazer depois que acabar esse contrato.

Confiar em nosso método próprio de luta: greve e ação direta coletiva.

A AVIBRAS têm uma dívida de R\$ 500 milhões. Já é a terceira vez que ela entra com pedido de recuperação judicial. Com 23% das ações pertencentes ao Estado, a patronal procura mais uma

vez conseguir empréstimo do BNDES, para pagar as dívidas e continuar explorando os trabalhadores. O fechamento das fábricas da região do Vale, como Caoa, Ford e LG, são exemplos de que não se deve ter ilusão no Estado burguês, no Congresso Nacional para defender os empregos. O dinheiro do BNDES pertence aos trabalhadores. Portanto, é um erro pedir ao governo, que use o dinheiro do BNDES para pagar a dívida da AVIBRAS, e permitir que o patrão continue explorando os trabalhadores. Enquanto a AVIBRAS estiver nas mãos dos patrões, eles continuarão explorando, pagando o salário de miséria, atrasando salários e demitindo.

Nada de entregar o dinheiro dos trabalhadores/BNDES para o Patrão

Os 1300 operários da AVIBRAS durante mais de 60 anos produziram toda a riqueza do patrão. Por isso, os trabalhadores não podem continuar passando fome com suas famílias, ou ficar implorando ao prefeito da cidade que forneça cestas básicas ou isenção de IPTU. Os operários unidos em luta, têm a força para garantir seus empregos e salários, e manter sua dignidade. A entrada na fábrica de 100 operários para produzir 72 foguetes mostra que a linha de produção e as máquinas estão em perfeitas condições para produzir. Os operários por sua vez, têm todo o conhecimento para fazer rodar a linha de produção. O sindicato de São José dos Campos deve, portanto, defender em assembleia com os trabalhadores, a ocupação da fábrica e começar a produzir sem patrão, colocando a fábrica sob o controle dos operários. Essa é a única for-

ma de impedir o fechamento da Avibras e garantir todos os empregos, salários e direitos. Com a fábrica ocupada e produzindo sob o controle operário, o sindicato de São José dos Campos deve exigir das centrais sindicais e demais sindicatos que convoquem um dia nacional de luta, com paralisação e bloqueios, que preparem a greve geral, para unificar a luta dos metalúrgicos, com os demais trabalhadores do país, para impor ao governo a estatização, sem indenização, sob o controle operário da Avibras e toda fábrica que ameaçar fechar e demitir.

Como conquistar a estatização, sem indenização sob o controle operário da AVIBRAS?

O Sindicato de São José dos Campos, ligado a Conlutas comete um erro ao iludir os trabalhadores na possibilidade de conquistar a estatização, sem indenização, sob controle operário da Avibras pela via da democracia burguesa, do parlamento. A estatização sem indenização não se conquista pela via dessa democracia – através de uma canetada do Lula – como pediu o presidente do Sindicato de São José dos Campos, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, nem enviando projeto de lei para ser aprovado no Congresso Nacional. O governo Lula é burguês, é defensor da propriedade privada. Os patrões jamais irão entregar suas fábricas para os trabalhadores, sem resistência. Por isso, somente por meio da ocupação das fábricas e da luta nacional e unificada, por meio da ação direta, a classe operária vai conseguir estatizar, sem indenização, e colocar sob o controle operário.

Nota do Boletim Nossa Classe

Direção do sindicato aceita tudo que vem do patronato e dá as costas aos operários

A Scania impôs a paralisação de dois dias por semana em sua fábrica em São Bernardo. Desde o início de maio, a montadora está operando com um único turno, três dias por semana. E já programa férias coletivas e mais demissões para os próximos meses. A multinacional se apoia no acordo assinado pela direção do sindicato em 2013, que prevê a flexibilização da jornada de trabalho com redução salarial.

A montadora usa o acordo de flexibilização para pressionar o governo pelo pleito de redução dos juros. Justifica as medidas também alegando a queda do mercado de caminhões no Brasil e outros países latino-americanos. Enquanto espera a decisão do governo, a Scania corta na carne os salários e ameaça com mais demissões.

A burocracia do Sindicato Metalúrgico endossa o pleito da montadora e lamenta a decisão do Banco Central de manter os juros altos. O dirigente do Comitê Sindical, por sua vez, trabalha para

que os operários não esboquem nenhuma reação contra a empresa. Rodeado por alguns operários e segurando o jornal A Tribuna Metalúrgica, Maicon diz: "Aqui na Scania sentimos diretamente o impacto dos juros altos, de 13,75%. Sem dúvida nenhuma isso trava toda a indústria e acaba acarretando mais desemprego". Aparentemente consternado, o burocrata trazia o recado de que não era possível fazer nada. Está aí mais um exemplo de quanto essa direção do sindicato é patronal e governista.

O Boletim Nossa Classe denuncia mais essa traição dos burocratas sindicais. Destaca que as condições estão mais do que dadas para que haja um poderoso movimento dos operários e demais trabalhadores em defesa dos empregos e salários. Trabalha para que os operários mais conscientes se coloquem por constituir as oposições sindicais classistas e de luta, para expulsar os traidores que se apossaram do sindicato e vêm transformando esse instrumento de luta em aparato dos capitalistas e dos governantes.



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LÊNIN ESTRATEGISTA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

LÊNIN ESTRATEGISTA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial

Rio Grande do Sul - Boletim Nossa Classe – Greve dos metroviários

Direção trabalha pela derrota do movimento

A greve dos metroviários da Trensurb não passou de uma fraca demonstração de descontentamento, incapaz de interromper o andamento da privatização da empresa. A primeira assembleia convocada pelo sindicato aprovou por unanimidade a paralisação por 24 horas. Depois, mais duas assembleias foram convocadas para os metroviários decidirem se realmente desejavam paralisar, sendo uma delas em pleno domingo anterior ao dia da paralisação. Como podemos ver, o sindicato se empenhou na tentativa de impedir a paralisação, não fazendo assembleias setoriais e realizando três assembleias consecutivas para deliberar a mesma coisa.

Na segunda-feira, dia 8 de maio, os trens funcionaram normalmente apenas com intervalo um pouco maior que o habitual e catraca livre nas estações onde a bilheteria estivesse fechada. A imprensa classificou o movimento de “paralisação parcial”, e na mesma tarde, uma quarta assembleia foi realizada pelo sindicato para que os metroviários deliberassem se permaneceriam parados até o fim do dia.

A debilidade do movimento revelou uma divisão no interior da categoria, entre os que estão com contrato probatório, os que são efetivados e aqueles que têm função gratificada. Essa divisão é alimentada pela direção do sindicato que nada faz para mobilizar desde as bases de todos os setores.

A direção é aparelhada pelo MES-PSOL/CSP-Conlutas, e apesar da demagogia nas redes sociais do sindicato convocando os usuários e lutadores a fortalecer a greve, mantiveram em segredo até onde puderam os detalhes da mobilização, como local e horário da concentração dos metroviários no dia da greve.

O sindicato afirma que a paralisação teve 90% de adesão, enquanto a imprensa divulga uma adesão de 10%. Não houve piquete nem qualquer tentativa de impedir que o serviço funcionasse, e ao findar do dia 8, a paralisação se encerrou, com a promessa que no dia 23 haverá nova paralisação.

O POR distribuiu um Boletim na semana anterior à greve na Estação Mercado, explicando aos usuários porque a privatização não afeta apenas aos metroviários mas a todos que utilizam o serviço, explicando que a entrega da Trensurb à iniciativa privada faz parte de uma série de privatizações, que vêm sendo impostas pelos governos fantoches do grande capital. As privatizações são um duro ataque aos trabalhadores e demais explorados, que acabam arcando com as demissões, elevação das tarifas e a precarização dos serviços.

A luta contra a privatização da Trensurb deve fazer parte de uma luta nacional contra todas as privatizações e pela reestatização das empresas que já foram privatizadas, sob controle dos trabalhadores e usuários dos serviços. Isso só é possível se as direções dos sindicatos se colocarem por organizar esse combate, promovendo a unidade entre as categorias e mobilizando desde as bases. Mas as direções têm se mostrado mais preocupadas em garantir a governabilidade de Lula, que seria afetada por um grande movimento nacional, e, portanto, colocam mil obstáculos no desenvolvimento da luta. É urgente a organização de oposições classistas que removam a burocracia das direções dos sindicatos, dos movimentos populares e das entidades estudantis, e que imponham a independência dos organismos de luta em relação ao Estado e aos capitalistas.

Rio de Janeiro

Nota do Boletim Nossa Classe

A empresa japonesa Mitsui, que controla a Supervia (concessionária responsável pelos trens no Rio de Janeiro), anunciou no final de abril que vai devolver a concessão de trens ao Estado. A Supervia tem o controle do transporte de trens desde 1998, mas a Mitsui está à frente da concessionária desde 2019.

Desde sempre, o proletariado carioca e fluminense enfrenta o caos do transporte ferroviário, mas nos últimos tempos a resposta desse trabalhador tem sido mais reativa, parando em estações importantes e protestando, quando há interrupções maiores no trânsito.

Cláudio Castro, o governador do RJ, já interessado em sua reeleição, cobrou investimentos maiores e melhorias à Mitsui, mas a empresa disse que não tem condições financeiras de investir mais do que já investe. A empresa ganha rios de dinheiro, não investe nada para melhorar o transporte e ameaça entregar a concessão ao Estado. O que quer na realidade é que o Estado subsidie, ou seja, dê recursos como faz os governos de São Paulo. A resposta operária é de estatizar sem indenização a Mitsui.

Em outubro do ano passado a CPI da Alerj, por sua vez, chegou a recomendar a estatização do sistema ou a criação de um novo modelo de licitação para cumprir os serviços, mas o atual plano de Castro é fazer “uma transição tranquila”, “garantindo o

funcionamento dos serviços”, até que uma nova empresa assuma o posto.

A Mitsui alega ter sofrido durante e pós-pandemia com a diminuição na circulação de passageiros nos trens, mesmo circulando por volta de 350 mil pessoas diariamente, assim como também lembra que o aumento da passagem foi impedido durante muito tempo, justamente porque existia uma CPI investigando a Supervia, que proibiu o aumento de passagem temporariamente.

De um lado, estão essas empresas que declaram falência por um problema criado por elas, de outro, está o governo do Estado, que se preocupa mais com um novo contrato e sua imagem eleitoreira do que com o trabalhador, que é quem sustenta tudo isso e sofre com essa disputa burguesa.

O proletariado está farto de ser impedido de se locomover e de pagar caro para isso. Diante dessa disputa interburguesa, existe a paralisação do movimento social (sindicatos, movimentos e partidos), que assistem sem organizar os trabalhadores do setor e usuários para dar uma resposta do ponto de vista de classe. A tarefa é organizar uma luta pela estatização sem indenização de todo o transporte público. O que só será possível como parte da luta das massas por suas próprias reivindicações elementares, como o emprego, os salários e os direitos.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Proletário

**A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES
SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**



Ceará - Boletim O Proletário – Maio

Avança a luta pela organização dos moradores no bairro Aracapé

O POR através de seu jornal de bairro “O Proletário” realizou uma reunião de moradores em conjunto com a “Associação” do Rogério, para discutir os problemas do bairro.

A atividade contou com a presença de vários moradores e discutiu o problema do Posto de Saúde e do abandono do bairro por parte dos governos, a exemplo do que ocorre com o campinho entre as quadras 2 e 3. O POR coordenou o encontro e explicou que é preciso que os moradores confiem em suas próprias forças, não nas eleições, nem nos políticos burgueses, mas lutem por resolver seus problemas com unidade e a ação direta (atos, manifestações etc.). Os presentes parabenizaram o jornal ‘O proletário’ pelo trabalho de denúncia dos problemas do bairro, alguns manifestando a satisfação de conhecerem os responsáveis pelo jornal que recebem periodicamente nas ruas e em suas casas.

Foram aprovados como encaminhamentos a realização de um protesto coletivo no posto de saúde no final do mês, com faixas, cartazes e uma nova reunião de moradores em junho. A frente única com a responsável pela “associação” tem sido promissora.

Uma nova etapa de organização dos moradores foi aberta com este primeiro encontro. É preciso avançar no sentido de constituir uma associação de luta, combativa e independente dos governos/políticos burgueses. O POR tem trabalhado exaustivamente nesse sentido.



São Paulo - Boletim da Corrente Proletária – Saúde

Balço da manifestação 18M da luta antimanicomial Defender a saúde pública e lutar contra a barbárie capitalista!

O Partido Operário Revolucionário esteve presente com seu Boletim da Corrente Proletária na Saúde no ato de 18 de maio da Luta Antimanicomial – dia nacional da luta contra os manicômios, em defesa das RAPS e CAPS de todo o país. Apesar da considerável presença do proletariado usuário dos CAPS da região metropolitana de São Paulo e capital e da correta bandeira de “trancar não é tratar” o ato deste ano se caracterizou pela festividade e pouquíssimas intervenções políticas, mostrando o isolamento e descaracterização da luta.

As falas de políticos carreiristas do PSOL e PT e dos representantes dos sindicatos, como o SinPsi e Sindsep, defenderam a RAPS e SUS de forma festiva, no país em que os transtornos mentais e o suicídio são os mais altos da América Latina. Sequer denunciaram aos manifestantes o avanço da terceirização, das OSS, os salários atrasados dos trabalhadores nas OSS, a superlotação nas CAPS, a privatização de hospitais na região, a falta de medicação e a fome. Ignoram que as Comunidades terapêuticas não são o único problema que os trabalhadores enfrentam.

A Corrente Proletária da Saúde foi a única a entregar no ato um Boletim com respostas proletárias à luta dos trabalhadores da saúde e à realidade dos CAPS na região metropolitana – defendendo a unidade dos trabalhadores na luta por suas reivindicações próprias. Não há nada a se festejar; diante do avanço da miséria e fome, e por consequência, toda sorte de distúrbios mentais e psicológicos. A luta dos trabalhadores unificada e independente dos governos é a única forma de impor nossas reivindicações.

Eis os pontos essenciais do Manifesto

O Manifesto da Corrente Proletária na Saúde, distribuído no ato de dia 18 de maio, coloca a necessidade de combater

a privatização da saúde. Denuncia o modelo psiquiátrico de internações compulsórias, caracterizado por agressões e torturas, e o quadro catastrófico da saúde pública com “os CAPS e CAISM superlotados e sem medicamentos adequados, o avanço das OSS e os cortes orçamentários para a saúde pública”. Defende que “a luta Antimanicomial deve se colocar pela estatização, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito de saúde sob o controle dos trabalhadores” e que é preciso unificar a luta dos trabalhadores da saúde com a classe operária e demais explorados, para pôr abaixo as contrarreformas e defender os empregos e salários.

O Manifesto mostra ainda que “o capitalismo tem adoecido mentalmente os trabalhadores ao lhes impor a miséria, o desemprego, os salários de fome e a concorrência no mercado de trabalho, que põe trabalhador contra trabalhador”. Que a exploração capitalista adoce e mata as massas exploradas e que mesmo a burguesia não consegue esconder os números trágicos dos transtornos que afetam a população e o aumento da taxa de suicídio. Denuncia que o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin prevê o menor repasse orçamentário desde 2014, cujo valor (146 milhões) é uma migalha diante dos 700 bilhões pagas como juros da dívida pública. Chama a defender uma luta independente dos governos e dos patrões e “que as centrais, sindicatos e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios”. Conclui que “a lógica capitalista manicomial só terá fim com a derrubada da burguesia do poder por meio de uma revolução proletária, a constituição de um governo operário e camponês, e a constituição de uma sociedade socialista”.

Encerra fazendo a campanha do CERQUI pelo fim da Guerra de dominação na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição dos EUA e da OTAN.

**Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO**

São Paulo

**Boletim da Corrente Proletária
ao Congresso da Fasubra**

O Boletim da Corrente Proletária na Educação distribuído no XXIV Congresso da FASUBRA, que se realiza dos dias 17 a 21 de maio coloca como tarefa central romper com o governismo e se colocar pela defesa de um programa próprio de reivindicações com os métodos da ação direta coletiva. Expõe que “o Congresso ocorre nas condições de continuidade da crise econômica e política, cujas consequências têm sido descarregadas sobre os trabalhadores na forma de arrocho salarial, retirada de direitos, demissões em massa, destruição dos serviços públicos e aumento do custo de vida”, “o que coloca a necessidade imediata de defendermos nossas condições de existência, levantando um programa próprio de reivindicações” e que “devemos lutar para reverter as violentas medidas impostas pela burguesia e seus governantes”.

Inicia evidenciando que “a crise no Brasil é parte da crise mundial do capitalismo” e que “a Guerra na Ucrânia é um marco na situação internacional”. Mostra que as massas se levantam contra os ataques da burguesia, a exemplo da luta na França, mas que “as lutas dos explorados têm sido contidas, bloqueadas, isoladas e/ou desviadas à institucionalidade burguesa, impedindo que os explorados unifiquem suas lutas e as generalizem em um forte movimento contra a burguesia e seu Estado”.

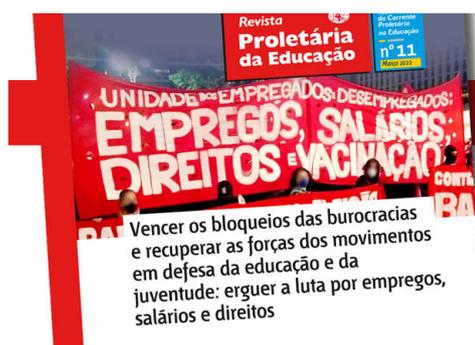
Mostra que a situação nacional está marcada pela retomada da política de conciliação de classes e continuidade do ataque às condições de vida das massas. Diz: “Com a volta de Lula ao poder do Estado, retomou-se a política de conciliação de classes e de estatização dos sindicatos, por meio da reincorporação da burocracia sindical ao governo. Politicamente, se por um lado houve mudanças, sobretudo em comparação com o militarismo e o obscurantismo religioso de Bolsonaro, que assumia posicionamentos homofóbicos, racistas, anti-vacina, anti-funcionalismo etc., por outro, do ponto de vista econômico não houve mudanças estruturais, nem interrupção dos ataques aos direitos e condições de vida das massas, como os governistas querem fazer crer. A despeito do assistencialismo, há continuidade da exploração capitalista e dos ataques às massas. Mantêm-se a submissão ao capital financeiro, a precarização do trabalho, a fome e a miséria. O governo de frente ampla burguesa se comprometeu em manter as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, a exemplo da emenda do teto de gastos e das reformas trabalhista e previdenciárias, e já está promovendo um novo ataque: o arcabouço fiscal. Sequer o Novo Ensino Médio, o EaD e as medidas anti-sindicais foram revogadas.”

“A crise econômica e política, nacional e internacional, evidencia que somente por meio da luta direta é possível conquistar vitórias. A Corrente Proletária na Educação se coloca na perspectiva de erguer um movimento unitário e independente dos explorados em torno de um programa próprio de reivindicações. Que a FASUBRA rompa com o governismo!”

O Boletim destaca que é preciso combater os ataques à categoria, fazer a defesa dos salários e dos serviços públicos. “No último período, ampliou-se enormemente a terceirização. Antes limitada a cargos que exigiam formação básica, com a reforma trabalhista e a lei da terceirização, passou-se a abranger cargos especializados”. “A carreira federal dos técnico-administrativos em educação está praticamente destruída. Ano após ano, os sucessivos governos foram extinguindo a maioria dos cargos extintos, arrochando os salários, e dividindo a carreira, em função do teletrabalho e da terceirização, que privatiza as instituições públicas e criam condições de trabalho super precárias (com baixos salários, atraso no pagamento, assédios, demissões arbitrárias etc.)”.

Denuncia de um lado o avanço do rígido controle de presença com o ponto eletrônico e por outro o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), uma flexibilização capitalista do trabalho que cria o trabalho por produtividade substituindo o direito à jornada de trabalho e que abre caminho para o trabalho remoto. “Ocorre que ao substituir o controle da jornada pelo controle de atividade (produtividade), na esteira da contrarreforma administrativa, o PGD comparece como um ataque à jornada de trabalho, uma conquista histórica da classe operária e dos demais explorados. Trata-se de uma medida extremamente prejudicial ao funcionalismo. Em longo prazo, está colocado o perigo de remuneração por atividade, como já ocorre com professores eventuais na rede estadual de São Paulo, os quais não possuem vínculo e direitos como férias e décimo terceiro; ou a lógica das metas, que sempre que atingidas passam a aumentar, como ocorre no setor privado”. Denuncia também a capitulação da atual direção da FASUBRA diante dessa media reacionária da burguesia e seus governantes.

Elenca os problemas do trabalho remoto. Diz: “Com o teletrabalho, são inúmeros os retrocessos: 1) prejudica o funcionamento da universidade e seu caráter de serviço público; 2) acaba com a separação da vida pessoal e da profissional; 3) elimina o horário de trabalho e os limites da jornada; 4) cria uma divisão entre os que estão no trabalho remoto e os que não estão; 5) estimula a competitividade entre os trabalhadores; 6) atomiza e enfraquece a categoria, quebrando sua força coletiva no local de trabalho; 7) dificulta a pronta comunicação com o servidor; 8) coloca em questão a produtividade de quem está em teletrabalho, o que pode fazer com que as chefias forcem os trabalhadores a alongar a produtividade, submetendo-os a um ritmo de trabalho extenuante; 9) facilita a perseguição e agrava os casos de assédio; 10) sobrecarrega determinadas atividades sobre quem trabalha presencialmente, que passa a concentrar a recepção de demandas pelas vias presencial e telefônica; 11) dificulta a suspensão do trabalho em função de falta médica, ações sindicais e políticas (como as greves), ou ausência de infraestrutura como energia elétrica; 12) pode ampliar os problemas re-

**Revista Proletária na Educação**n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

lativos à saúde mental do trabalhador, inclusive os custos com tratamento; 13) descaracteriza o surgimento de problemas de saúde em virtude da prática profissional; 14) precariza as condições de trabalho, que é ainda maior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos, doentes etc.; 15) os servidores aderentes terão de arcar com os custos da compra e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho e à ergonomia; 16) retira a responsabilidade do Estado e das IFEs em fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho, permitindo que se desresponsabilize cada vez mais com a compra de novos equipamentos e manutenção dos locais de trabalho, aprofundando o sucateamento das IFEs; 17) facilita o acúmulo de relações profissionais (empregos), independente das jornadas para a qual o servidor foi admitido; 18) facilita a terceirização do trabalho, seja de forma imediata pelo próprio servidor, seja a longo prazo pelo Estado; 19) facilitará o fechamento de salas e a centralização da estrutura administrativa das IFEs (a exemplo da unificação das secretarias de um mesmo Centro), concentrando muitas tarefas em um número cada vez menor de servidores; 20) facilitará a remoção, redistribuição arbitrária de servidores entre setores e órgãos, e ampla extinção de cargos”.

Além disso, faz toda uma denúncia da secundarização da reivindicação salarial: “Fala-se, arbitrariamente, em no máximo conquistar um piso salarial equivalente a três salários-mínimos nacionais, desconsiderando as necessidades de sustento da família trabalhadora”. Conclui que “urge a necessidade de defesa de um

salário mínimo vital, aquele realmente necessário para cobrir todas as necessidades básicas da família trabalhadora” e lembra que “de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, o salário mínimo nacional necessário no mês de abril de 2023 é de R\$ 6.676,11”.

O Boletim denuncia também as alterações estatutárias que implementam instâncias virtuais. “É preciso ter claro que a virtualidade nunca serviu para fortalecer os sindicatos e ampliar a participação real dos trabalhadores. Ao atomizar os trabalhadores, a virtualidade descaracteriza a natureza da atividade sindical, que consiste em discutir, decidir e executar coletivamente. No modo remoto há uma cisão nesse processo. (...) Temos de defender as instâncias presenciais! Implantar a virtualidade significa abrir mão de um sindicato classista, que tem como função organizar a luta coletiva para enfrentar os patrões e os governos, que atacam a educação pública e o funcionalismo diuturnamente”.

Finaliza denunciando a direção governista, que impõe um quadro de imobilismo da categoria, e colocando que “Para mudar esse quadro é fundamental que o XXIV ConFASUBRA eleja uma Direção Nacional comprometida politicamente em batalhar por um programa próprio de reivindicações. Está na ordem do dia a necessidade de erguer uma oposição revolucionária à direção imobilista e governista”. E conclui chamando à luta: “Está colocada a necessidade de a FASUBRA impulsionar um movimento em torno de um programa próprio de reivindicações, a ser defendido com os métodos próprios das massas”.

Rio de Janeiro

Unidade para fortalecer a greve na educação

A rede estadual da educação no Rio de Janeiro, por meio do SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do RJ) aprovou greve por tempo indeterminado em assembleia geral, no dia 11 de maio. Os professores e funcionários (merendeiras, profissionais da limpeza, inspetores, etc.) entraram em greve a partir do dia 17. Na rede estadual são mais de 60 mil professores e 17 mil funcionários, que estão empregados nas 1.280 escolas em todo o estado e que atendem mais de 700 mil alunos.

A categoria reivindica a implementação do Piso Nacional do magistério para os docentes e o piso dos funcionários administrativos, buscando a garantia da Lei do Piso e do plano de cargos.

O governo de Cláudio Castro apresentou ao SEPE seu projeto estapafúrdio de incorporação do Piso Nacional do magistério, que não inclui todas as carreiras, apenas reajusta os salários que estão abaixo do piso. A reivindicação é de reajuste a todos de 14,95%, que também inclui os aposentados e os funcionários, que em sua maioria recebem próximo que um salário mínimo.

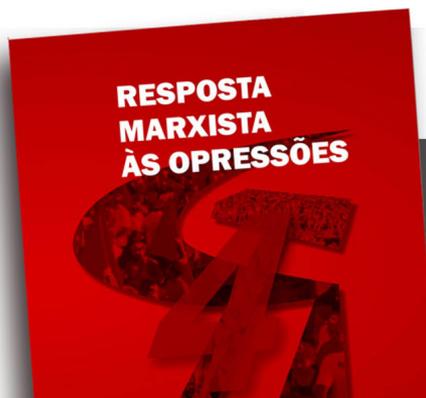
Outras reivindicações importantes são as seguintes: revogação do Novo Ensino Médio (NEM), convocação de concursados de 2013 e 2014 e abertura de novos concursos para suprir a falta de professores e de outros profissionais como assistentes sociais e psicólogos.

Diante disso, a luta pela educação deve unir-se à luta das massas trabalhadoras. O POR se coloca em defesa da greve da educação e trabalha para ampliá-la, além de chamar a unificação de outras categorias que se encontram em movimento. A luta contra Cláudio Castro deve ser parte da luta contra o governo burguês de Lula/Alckmin, que está manobrando em relação à reforma educacional. Esse conteúdo deve ser defendido junto à categoria para evitar as manobras da direção sindical, que ainda está na defesa do governo federal. Nesse sentido, está na ordem do dia a luta pelos salários e pela revogação do NEM, das reformas trabalhista e previdenciária, o fim da terceirização e privatização, e pela defesa de um sistema único de ensino, que seja laico, científico e vinculado à produção social.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Ceará

Governo Elmano Freitas/PT mantém arrocho salarial

No dia 09 de maio, a Assembleia Legislativa (ALECE) votou a mensagem do governo Elmano Freitas (PT/MDB/PDT/PP/PSOL) de reajuste do funcionalismo estadual em 5,8%. Como se não bastasse o percentual irrisório que mal cobre a inflação, o governo ainda resolveu dividir o reajuste em duas parcelas: a primeira, de 3% a ser paga em junho e a segunda, de 2,8% apenas em agosto. O retroativo referente aos meses de janeiro a maio, de 3%, ficou para dezembro! O vale-refeição foi reajustado no mesmo percentual de míseros 5,8%.

Como se vê, trata-se de um duro ataque às condições de vida do funcionalismo. O mesmo governo que no mês anterior aprovou 14,95% para os professores reservou o pior para os demais servidores. As direções sindicais, reunidas no FUASPEC (fórum de entidades que mantém uma mesa de negociação permanente com a Seplog) cumpriram um papel traidor: não mobilizaram a categoria, se limitaram a reivindicar migalhas e, por fim, foram aplaudir o governador no evento oficial de divulgação do índice no Palácio da Abolição. A exceção parcial a essa capitulação ficou a cargo do SINDUECE, que chegou a organizar assembleia e aprovou indicativo de greve para o dia 24 de maio, caso o governador não atendesse a reivindicação de reajustar em ao menos 10% os salários dos docentes, frente às perdas de mais de 37% dos últimos anos. Dizemos parcial porque o próprio SINDUECE, que se recusou a ir à cerimônia no palácio do governo no dia 08/05 (dia do anúncio oficial do reajuste para a imprensa), realizou em seguida uma assembleia da categoria para decidir que aceitava a contragosto os 5,8% parcelados e suspendia o indicativo de greve.

O governo comemorou o índice e sua forma de implantação como resultado de negociações democráticas e de um acordo firmado com as entidades. A burocracia sindical, acostumada às negociações de cúpula, adotou um tom compreensivo e solidário ao governo que choramingou a perda de R\$ 3 bilhões em arrecadação no ano anterior, prometendo como compensação, valorizar o servidor público nos próximos anos.



O arrocho salarial sobre o funcionalismo mostra, por um lado, a necessidade que a base de servidores tem de superar seu atraso e derrotar a burocracia sindical pelega. Confirma ainda a denúncia do POR de que a mesa permanente de negociação não passa de um engodo burocrático para frear as lutas. Por outro lado, mostra que o governo petista 'puro sangue', tido como progressista e sustentado à esquerda pelo PSOL, que ocupa a secretaria de juventude (com Adelita Monteiro) e a superintendência do Instituto do Desenvolvimento Agrário - IDACE (com João Alfredo) está obrigado a cumprir as determinações da burguesia e do capital financeiro de proteger o orçamento em favor do empresariado (Elmano mantém o subsídio aos empresários de ônibus em mais de R\$ 30 milhões/ano) e de atacar o funcionalismo.

A tarefa dos servidores, tal como dos explorados em geral, é o de defender a independência de classe dos explorados frente ao governo burguês de Elmano Freitas e lutar por suas reivindicações com os métodos da ação direta. Não há outro caminho para que os trabalhadores se elevem na tarefa de defender suas condições de vida contra a desintegração mundial capitalista que afeta o Brasil e o Ceará. Faz parte desta tarefa, a denúncia da conciliação de classe das direções traidoras e a luta pela construção de uma fração revolucionária no movimento sindical.

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na luta dos servidores públicos

*Construir a greve em defesa dos salários, das condições de trabalho e dos direitos
Não à transformação dos salários em subsídios!*

O quadro político dos trabalhadores da rede de ensino da capital paulista teve uma mudança sensível nas últimas semanas: o centro dos acontecimentos estava nas eleições do SINPEEM, com uma campanha forte em defesa da chapa de oposição e, após a suspensão da disputa, supostamente por "problemas técnicos", toda a atenção se voltou para a campanha salarial.

Algumas questões chamam a atenção nesse percurso: a primeira delas, é que, após muito tempo, a categoria pôde presenciar uma situação em que a burocracia representada pelo caudilho Cláudio Fonseca se viu realmente ameaçada diante das urnas. A disputa estava se encaminhando, senão para a vitória da oposição, pelo menos para um crescimento considerável dela. O que implica que o predomínio de 36 anos de Fonseca foi colocado em xeque, demonstrando o seu desgaste político. Certamente, há muitos fatores que concorrem para explicar esse fenômeno, mas, sem dúvida, as últimas derrotas sofridas, particularmente com a contrarreforma da previdência, pesaram bastante.

A segunda questão que chama a atenção é a tentativa evidente de manobra por parte do caudilho ameaçado: a jogada de suspender a eleição comparece claramente como uma forma de reverter a situação, utilizando a campanha salarial para ganhar votos e tentar desgastar a oposição. Esta, por outro lado, não tinha muitas alternativas. Mesmo sabendo que havia uma intencionalidade por trás da suspensão, não podia deixar o processo correr com tantas irregularidades acontecendo e, além de ser minoria na Comissão Eleitoral, não podia ignorar a urgência da campanha salarial.

A terceira questão que se destaca: de fato, a categoria necessita enfrentar diversos problemas acumulados, como o arrocho salarial, a retirada de direitos, a violência nas escolas, a superlotação das salas, o adoecimento dos trabalhadores etc. Porém, isso tudo só demonstra a irresponsabilidade da direção sindical, que manteve uma linha imobilista até o momento, tendo atrasado a resposta coletiva - a maior evidência se encontra no fato de que a primeira assembleia do ano se deu já em meados do mês de maio, que é a

data-base da categoria. Atraso que exige agora um esforço muito maior dos trabalhadores para reverter a correlação de forças, que se encontra favorável ao governo.

A quarta questão diz respeito justamente a qual linha política deve ser adotada para que a mobilização seja vitoriosa. O governo aposta na divisão dos trabalhadores. Ao invés de apresentar uma proposta de reajuste, apontou um ataque à categoria, disfarçada de “valorização”, retomando o projeto de transformar o regime de salários em subsídios. Quase todo o funcionalismo municipal da capital já está sofrendo com o peso dessa medida. Com os subsídios, os funcionários públicos perdem direitos históricos, como os quinquênios e sexta-parte. Em troca, o governo oferece um valor mais alto agora, mas que serve de “canto da sereia”. Prova disso é o fato de que as categorias do funcionalismo municipal que aderiram aos subsídios na época do governo Haddad (2015) estão desde então sem reajuste em seus rendimentos. Resultado: a inflação corroeu tudo, e os trabalhadores ficaram sem os seus direitos (quinquênios...).

Na questão da estratégia de divisão da categoria por parte do governo, merece ser colocada em relevo a situação do Quadro de Apoio (funcionários de escola). Pode-se dizer que são duas, dentre muitas, as principais reivindicações desse setor: a diminuição da jornada estafante e a valorização salarial. Uma parte desses trabalhadores está sendo iludida com a proposta de subsídio, desconsiderando os efeitos nocivos a médio e longo prazo da medida. Cabe ao conjunto dos trabalhadores compreender a jogada do governo e combatê-la, convencendo e dando força à mobilização do Quadro de Apoio, incorporando verdadeiramente suas reivindicações.

A Diretoria do SINPEEM, no entanto, tem depositado todas as suas fichas nas negociações de bastidores. Fonseca precisa recuperar a imagem de “bom negociador”, tendo em vista o quadro eleitoral. Ao mesmo tempo, tem de recorrer à greve como forma de pressão, pois não pode deixar esse trunfo nas mãos da oposição.

Rondônia

Burocracia do sindicato não se empenha em organizar a luta pela reposição salarial e pela aplicação integral da Lei do Piso

Desde janeiro, os trabalhadores em educação do município de Porto Velho estão sendo ludibriados com as negociações intermináveis entre o prefeito e a direção burocrática do Sindicato (Sintero).

No início do ano letivo, a direção do sindicato não convocou uma assembleia para aprovar a pauta de reivindicações, que incluía as reivindicações já apresentadas pela entidade e novas propostas que fossem deliberadas pela categoria. A burocracia substituiu os métodos da luta próprio dos trabalhadores, como assembleias, greves e outros, pelas postagens nas redes sociais das rotineiras reuniões com a Secretaria de Educação do município.

No dia 12 de abril, em decorrência da realização de uma assembleia pela direção do Sindicato dos Professores do Estado (Sinprof), esclarecendo que o prefeito Hildon Chaves só iria atualizar o percentual do Piso Nacional do magistério dos municipais no mês de agosto, em função da assinatura do decreto de contingenciamento do dia 06/04, os trabalhadores de educação começaram a fazer pressão para que o Sintero chamasse uma assembleia, para que a categoria pudesse deliberar sobre a pauta de reivindicações, o Piso Nacional e outros ataques do governo.

No dia 17/04, a assembleia teve uma participação expressiva e ficou deliberado pela paralisação no dia 26/04 e que, no dia 12/05, haveria outra paralisação dos servidores municipais à espera de uma resposta às reivindicações. De 26/04 ao dia 09/05, a direção do sindicato não fez nenhuma convocação, e os filiados começaram a

O meio encontrado pela burocracia sindical foi o de comparecer às assembleias com um discurso inflamado, e depois boicotar as deliberações tomadas. Foi o que se passou no dia 12 de maio, quando apresentou a proposta de nova paralisação, ato e assembleia só para o dia 23, data da nova reunião com o governo. Vendo que seria derrotado na assembleia, diante da proposta da oposição, que era de unificar com o restante do funcionalismo no dia 16, Fonseca acabou acatando formalmente a proposta oposicionista para, já no dia posterior, começar a operação de desmobilização do dia 16.

Mesmo assim, o tiro saiu pela culatra, pois a mobilização do dia 16, conjunta com os outros sindicatos do funcionalismo municipal, foi maior do que a do dia 12. Agora, a perspectiva é a de que a greve seja aprovada no dia 23. É claro que isso depende da proposta a ser apresentada pela Prefeitura, mas a tendência é de que esta insista na questão do subsídio, que tende a ser fortemente rechaçada pela categoria. Ou seja, os trabalhadores terão de aprovar a greve. Não há outro caminho.

A Corrente Proletária na Educação atuou em todo esse percurso trabalhando pela vitória da Chapa 2 oposicionista, denunciou o caráter fraudulento da eleição sindical, defendendo as eleições presenciais, totalmente sob controle dos próprios trabalhadores; na campanha salarial, tem defendido a necessidade da aplicação dos métodos da ação direta (manifestações massivas, ocupações etc.), principalmente da construção da greve, o que exige instaurar os comandos por região e adotar todas as medidas para esse fim. A Corrente Proletária tem colocado também a importância da mais ampla unidade no campo da independência de classe, erguendo as reivindicações que unificam os trabalhadores, estudantes e suas famílias, em um só movimento em defesa da educação pública; e, finalmente, tem levantado a necessidade da unificação dos movimentos já em curso, a exemplo dos estaduais do RJ, que entraram em greve. Está aí o caminho para que o movimento saia vitorioso.

cobrar a mobilização para a paralisação. Sem nenhuma empenho de mobilização por parte da burocracia do sindicato, ocorreu uma assembleia apenas para comunicar que não haveria mais paralisação, porque a Secretaria da Educação havia cancelado a reunião marcada para esse dia. Ainda foi além, chegou a dizer que enquanto ocorresse as negociações não era possível chamar a paralisação dos trabalhadores da educação.

Com essa conduta vergonhosa, a assembleia, que iniciou com 80 pessoas, foi se esvaziando e conclui com menos de 20. Foi um banho de gelo na água fervente. Mas foi ainda mais fundo, a burocracia levou para a assembleia uma vereadora do PODEMOS para defender o prefeito, demonstrando os gastos e arrecadações, para defender o reajuste de 5,90% aos servidores e para os professores 14,95%, que para não ultrapassar o “valor prudencial da folha de pagamentos” teriam de ser como abono.

A Corrente Proletária (POR) interveio na assembleia com Boletim, defendendo a greve, como a única forma de pôr fim às intermináveis negociações entre a burocracia e governo, que não resultam em nada. Na realidade, só têm servido para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores. Sem contar com um forte movimento de oposição classista, a burocracia do sindicato continua de mãos livres para impor derrotas aos trabalhadores. A Corrente Proletária vem trabalhando para constituir essa fração classista e chama os servidores da educação a participarem dessa construção.



Rio Grande do Sul Continuam os desligamentos de cotistas na UFRGS

Em 2021, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul desligou quase 200 alunos cotistas, sob a justificativa de que as documentações apresentadas foram indeferidas. Os coletivos de juventude, vinculados aos partidos de esquerda, protestaram na Reitoria e fizeram um abaixo-assinado, para exigir a reversão desses desligamentos. Agora, novamente, a UFRGS desliga cerca de 160 estudantes cotistas sob a mesma justificativa.

Os agrupamentos que historicamente tem ocupado a direção do DCE e dos diretórios acadêmicos, como Juntos, UJS, Levante Popular, UJC e Faisca, têm defendido que a solução para encerrar os ataques contra os cotistas, assim como para melhorar as condições de infraestrutura da Universidade ou para defender os direitos dos servidores e terceirizados, está em substituir o atual reitor Carlos Bulhões. Este reitor foi nomeado arbitrariamente por Bolsonaro, destituindo a reitoria eleita. Acontece que, a exemplo do caso dos cotistas desligados, a origem desse ataque está em 2016, quando foram propostas mudanças no edital de ingresso por cotas sociais, quando a direção do DCE à época (Juntos/PSOL) em aliança com a UJS e Levante Popular encerraram a ocupação da reitoria, passando por cima da assembleia - que havia votado pela continuidade da ocupação até que a proposta fosse retirada integralmente - em prol da eleição de Rui Oppermann para reitor. Mascarados por um novo coletivo nomeado por eles de Movimento Balanta, impuseram para a ocupação que apenas cotistas negros poderiam votar na assembleia, e que o voto dos cotistas brancos seria invalidado. Assim garantiram que Rui Oppermann, para quem fizeram campanha, assumisse a reitoria no dia seguinte sem ter de se incomodar com a luta do movimento estudantil.

A partir de 2017, os efeitos já se fizeram sentir, com dezenas de estudantes cotistas sendo barrados por não conseguirem cumprir a entrega de uma documentação absurda dentro de prazos minúsculos. A UJS, que havia assumido o DCE na sequência, orientou

esses estudantes a recorrer à justiça por conta própria, oferecendo um advogado como consolo.

Em 2018, houve novamente a tentativa de mexer na política de cotas, dessa vez tentando introduzir a alteração de que não haveria necessidade de ser fenotipicamente negro para usufruir da cota racial, bastaria apresentar a comprovação de que seus pais ou avós são pretos ou pardos, e assim as portas das cotas raciais estariam abertas para a fraude.

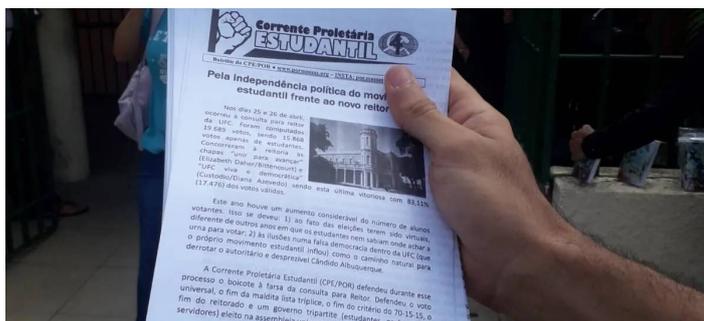
Como podemos ver, não é algo novo a tentativa de eliminar estudantes negros, pardos, indígenas, oriundos de escolas públicas e de renda considerada inferior da Universidade. O que deixa escancarado que o problema é muito mais profundo e não basta exigir a troca de um reitor por outro. O movimento estudantil precisa lutar pela verdadeira autonomia universitária, pelo fim do reitorado e pelo co-governo subordinado à assembleia geral universitária com voto universal, no qual os estudantes, professores e servidores gerenciem a universidade, controlando seus recursos orçamentários, seu sistema de ingresso, a admissão de docentes e o conteúdo científico da instituição. Enquanto a Universidade estiver subordinada ao governo federal, sofrerá com a intervenção constante deste que busca atender aos interesses capitalistas no que diz respeito à produção acadêmica e reprodução da ideologia burguesa, além de dificultar cada vez mais o ingresso de jovens oriundos das classes exploradas.

A Corrente Proletária Estudantil distribuiu um Boletim no primeiro dia de aula desse semestre, denunciando o desligamento dos cotistas e as traições das direções estudantis dos últimos anos, e reafirmando a necessidade de exigir do DCE que convoque assembleias em todos os campi para que possamos organizar a luta pela reintegração dos cotistas e pelo fim definitivo desses ataques aos estudantes.

Ceará

Boletim da Corrente Proletária Estudantil - UFC

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil da UFC, do mês de maio, traz uma avaliação da consulta para reitor da UFC que terminou com a vitória da chapa do prof. Custódio, com 83% dos votos. Analisa o seguidismo do movimento estudantil às chapas da burocracia universitária assim como a grande ilusão despertada nos estudantes com a consulta. Finaliza defendendo a independência de classe dos estudantes perante à nova reitoria e a necessidade de organizar a luta estudantil por suas reivindicações, a exemplo da reforma dos blocos, dos banheiros e a volta do ar-condicionado para a biblioteca do CH1.



Boletim da UECE

O Boletim da Corrente Proletária, de maio, denuncia o descaso do governo estadual e da reitoria com a infraestrutura do campus de Fátima, o que tem resultado na maior deterioração do prédio do CH da UECE e do prejuízo causado aos estudantes com o fechamento da biblioteca por infiltrações. O Boletim procura mostrar que as péssimas condições físicas são resultados da crise da educação, e que esta é expressão da crise geral capitalista. Finaliza defendendo que os estudantes precisam lutar por reforma imediata e definitiva do prédio da biblioteca, assim como pelo reajuste das bolsas estudantis, reajuste salarial dos professores e pela construção de uma residência universitária.



Rio Grande do Sul

10 anos dos levantes da juventude em 2013

É preciso retomar a luta da juventude em defesa de suas condições de existência

Em junho, completa 10 anos o movimento de massas, conhecido como Jornadas de Junho de 2013. O movimento ficou marcado por forte presença da juventude, que saiu às ruas de todo o país contra o aumento da tarifa do transporte público. Porém, expressou o descontentamento generalizado da maioria oprimida. Apesar das tentativas de vilipendiar o movimento de massas por parte das direções petistas e seus satélites, bem como da utilização da oposição direitista do momento, sua experiência permanece viva, com seus acertos e limitações, e nos mostra o caminho: retomar as mobilizações de base, assembleias gerais e independência de classe diante dos partidos da ordem capitalista e do Estado burguês.

Trata-se, agora, de lutar para pôr abaixo as contrarreformas previdenciária, trabalhista e educacional (Novo Ensino Médio, Ensino Integral etc.), através da luta de classes, com os métodos próprios do proletariado: ação direta das massas, greves e ocupações. Nenhuma ilusão no governo de Lula e Alckmin.

Os massivos atos de junho de 2013 foram precedidos pela forte resistência, apesar do desserviço prestados pelas direções tradicionais (que tinham laços com o governo), dos estudantes secundaristas do Rio Grande do Sul, num sinal de rejeição à implementação do Ensino politécnico, o famoso POLITRECO do petista Tarso Genro, então governador à época.

Com forte rejeição em geral das escolas do RS, Tarso Genro levou a cabo o seu projeto de destruição do ensino médio público gaúcho, um claro aceno às redes privadas de ensino, além de pavimentar e servir como protótipo para o que viria a ser o Novo Ensino Médio. Tudo isso em detrimento da formação escolar básica do jovem do Rio Grande do Sul, de maioria oprimida, inviabilizando qualquer perspectiva de prosseguir nos estudos e ingressar na universidade.

As ruas das principais cidades do Rio Grande do Sul foram palco, nos meses de abril e maio, de massivas e históricas mobilizações de estudantes secundaristas e professores da rede pública do estado. Ergueu-se um amplo movimento em defesa da educação pública. Tendência e disposição de luta que a cada semana se alastravam e iam ecoando em novas escolas, cidades, até encontrarem os focos de resistência ao aumento da passagem do transporte público em Porto Alegre, cercando o então prefeito José Fortunati e seu vice, Sebastião Melo, atual prefeito da cidade, e culminando no estopim das inflamadas e massivas manifestações dos meses de junho e julho de 2013.

Nesse sentido, o legado das históricas Jornadas de Junho permanece vivo, legado esse que se faz presente ainda mais forte

em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul como um todo, tendo em vista seu protagonismo e vanguardismo recente. Tradição e vanguarda de combatividade anticapitalista que precisam ser retomadas, pois o estado se encontra na mira das sanhas privatistas dos governos federal, estadual e municipal.

Porto Alegre precisa voltar a ser palco de ampla e aberta luta de classes para barrar as contrarreformas, em defesa do IPE-saúde, atual alvo do Governador Eduardo Leite, contra a privatização da Trensurb, pelo fim do Novo Ensino Médio (altamente repudiado por alunos e professores), em defesa do passe livre para estudantes e desempregados e estatização dos transportes, sob o controle dos trabalhadores e do conjunto da população organizada. Fim imediato das demissões dos trabalhadores dos transportes municipais.

Tem de ser uma luta que não se submeta a promessas e a farsa das soluções parlamentares - que já se mostraram falaciosas. Nas manifestações passadas, vimos que as direções burocratizadas insistiram nessa via como a única alternativa. Agora, tudo têm feito para barrar uma nova onda de mobilização, quando a juventude está sendo sacrificada pelo desemprego e pelo trabalho informal. Justamente quando está colocada na ordem do dia a luta por um salário mínimo vital, por não aceitar o salário mínimo de fome imposto pelo governo burguês de Lula e Alckmin, que mal paga uma cesta básica, quem dirá então todas as despesas de uma família operária. Cesta básica que em Porto Alegre é uma das mais caras do país. Ou seja, a condição de vida da juventude gaúcha não pode ficar à mercê das direções burocratizadas (vinculadas aos partidos governantes, seja política ou ideologicamente) e dos governos burgueses,

Nesses 10 anos das Jornadas de Junho, seu exemplo e suas lições devem vir à tona. A vanguarda com consciência de classe e a juventude estudantil e trabalhadora devem exigir das centrais, dos sindicatos, dos órgãos representativos de estudantes (Grêmios, DA's, DCE's), que mobilizem e convoquem suas bases para assembleias amplas e democráticas, para retomar o caminho das lutas e da independência de classe. Organizar a resistência e a defesa das reivindicações mais sentidas pela maioria oprimida.

A Corrente Proletária Estudantil/POR vem perante a juventude e a suas organizações lembrar a importância dos 10 anos da jornada de luta e defender a retomada das mobilizações em torno a um programa de reivindicações que unifique a juventude estudantil e trabalhadora. Todo empenho em reorganizar o movimento contra a pobreza, a miséria e a fome, que vêm atingindo e sacrificando a maioria explorada!

Rio Grande do Sul

Vereador do PT em Caxias do Sul, ameaçado de cassação

A democracia revela sua essência burguesa todos os dias

Em Caxias do Sul foi aberto um processo de cassação de um vereador do PT, Lucas Caregnato, sob alegação de que este teria quebrado o "decoro parlamentar". O pedido foi feito por um "eleitor" bolsonarista, que já foi candidato a vereador, devido a um episódio recente em que o vereador petista abriu as portas da Câmara Municipal para manifestantes, que protestavam contra a entrega do antigo prédio da Maesa para a iniciativa privada. Na ocasião, o vereador petista foi empurrado por um assessor com cargo comissionado e exigiu com "exaltação" que fossem tomadas providências diante da agressão. O mais absurdo nesse processo é o fato da comissão processante ter um membro que ocupou o noticiário nacional recentemente, o parlamentar Sandro Fantinel,

autor das declarações escravocratas e xenófobas contra os baianos resgatados em situação de trabalho análogo a escravidão em uma vinícola de Bento Gonçalves.

O PT, que promete aos explorados solucionar seus problemas através da colaboração de classes e de alianças com a direita e a extrema-direita, experimenta em Caxias do Sul o funcionamento da "democracia" e da "legalidade" que tanto defendem. O POR tem como princípio a defesa de que os mandatos dos governantes e parlamentares devem ser revogados por quem os elegeram. Rejeita a farsa das comissões processantes e das CPIs. Nesse sentido, somente a luta nas ruas poderá defender o mandato do vereador petista.

Eleições na APEOESP

Virada reacionária da esquerda oportunista**PCO, PCB e a maioria do PSOL debandaram para a chapa governista do PT**

No dia 26 de maio, ocorrerão as eleições do sindicato dos professores (Apeoesp). Desde que o PT assumiu a direção do sindicato, em 1981, com Gumerindo Milhomem Neto, até agora, correntes oposicionistas concorreram às eleições. A atual presidente da Apeoesp, Maria Izabel Noronha está na direção do sindicato a mais de 15 anos.

Em todas as eleições, sempre houve um esforço de setores da Oposição no sentido de dar um basta à política petista, que é de conciliação de classes. No entanto, na atual eleição, pela primeira vez, a chapa do PT e PCdoB conseguiu arrastar grande parte das correntes de oposição, constituindo assim um “chapão”, que tem na presidência Fábio e na vice Maria Izabel. Houve apenas uma inversão de posição, Fábio era vice e Maria Izabel era presidente. Mesmo assim, a grande maioria das correntes do PSOL, o PCB e o PCO compuseram o “Chapão” do PT, de apoio à governabilidade de Lula.

A comissão eleitoral estadual foi composta somente pelos representantes da chapa 1. Além de possuir todo o aparato da Apeoesp e dos sindicatos da CUT, a comissão eleitoral dita os critérios das eleições. Trata-se de um chapa inteiramente submetida ao mandato da deputada Maria Izabel, que recentemente votou pelo reajuste de 50% do salário do governador bolsonarista, Tarcísio de Freitas, bem como do secretário da educação, Renato Feder. Isso quando o governo impunha o abono de Piso Salarial, ao invés de reajuste de 14,95%, como rege a Lei. E Renato Feder realizava uma atribuição de aulas extremamente antidemocrática e discriminatória. Mas, o PT de Maria Izabel foi além, votando em favor do candidato de Tarcísio para assumir a presidência da Assembleia Legislativa. É com essa política que a maioria da Oposição se alinhou.

Chama a atenção o fato de que há poucos dias das eleições, as correntes que compuseram com a chapa 1 não fizeram ainda campanha pela “chapão”. Estão fazendo campanha somente para a eleição dos conselheiros regionais da chapa 1, onde escondem o nome de Maria Izabel e aliados. Certamente sabem que na cidade de São Paulo há uma rejeição ao nome da deputada Maria Izabel. A vitória da chapa petista vinha do interior do estado e dos aposentados. Vergonhosamente, essa correntes oposicionistas, que debandaram para o chapão, mentem aos professores de que nas eleições há uma chapa unificada, em nome da democracia contra o bolsonarismo.

Com uma rica campanha eleitoral e com o controle das eleições, a chapa de Maria Izabel tenta de todas as formas eliminar a presença da Oposição na composição da nova direção da Apeoesp. Lembremos que na Apeoesp existe a proporcionalidade, mas não é direta, existe o corte de 20%.

As eleições do sindicato ocorrem em uma situação de profundo retrocesso político dos professores. Um grande contingente de professores jovens ingressou na rede pela via da contratação precária, substituindo os professores que se aposentaram. Essa massa de contratados, estima-se mais de 30% da rede estadual, não vivenciou nenhuma greve, haja vista que a última foi em 2015.

Não participou das assembleias e movimentos contra a farsa do plano de carreira, imposto pelo governo Doria. E boa parte não está sindicalizada e não vê razão para se filiar. Com enormes recursos materiais disponíveis no dia das eleições, a chapa 1 fará de tudo para arrastar essa parcela de professores contratados.

A Corrente Proletária faz um chamado aos professores mais conscientes da importância de se ter um sindicato inteiramente voltado à defesa dos interesses dos trabalhadores, para que não seja atraído pelas promessas de quem está no sindicato a mais de quatro décadas (1981-2023). Já foram provados que são incapazes de fazer do sindicato um instrumento verdadeiramente de luta e de enfrentamento aos duros ataques dos governos. Os professores precisam é de uma direção apoiada em um programa de defesa da independência política do sindicato, na mais ampla democracia, com assembleias onde os professores de base possam expressar suas opiniões. Portanto, um sindicato capaz de organizar o professorado para impor as reivindicações vitais, como o emprego a todos, redução da jornada sem redução dos salários, reposição das perdas salariais, piso salarial necessário para a manutenção de uma família trabalhadora, estabilidade e efetivação aos professores contratados, salas de aula com no máximo 25 alunos, aposentadoria integral a todos os professores, fim da farsa do plano de carreira, revogação da reforma do ensino médio e do PEI, defesa das conquistas do magistério arrancadas com muita luta.

Corrente Proletária faz parte da chapa 2, de oposição

A Chapa 2 expressa a luta contra a política de conciliação de classe que vem sendo praticada há muitos anos pela direção da Apeoesp. A chapa 2 foi constituída em uma Convenção, onde se aprovou o programa e a sua composição. Trata-se de uma chapa que defende a independência política do sindicato diante do governo de frente ampla de Lula. A chapa 2 reúne as correntes de oposição que rejeitaram a debandada de agrupamentos que faziam parte da Oposição Unificada.

Nesse mês de campanha, os militantes da chapa 2 têm se esforçado em passar nas escolas para discutir seus principais pontos do programa e desfazer a mentira postada pelo “chapão” de que houve a unificação da oposição com a chapa 1; de que está em disputa a democracia contra o fascismo; de que aqueles que não estão com a chapa 1, do PT e aliados, estão com Tarcísio e Bolsonaro. A campanha de falsificações é grande. Certamente, a chapa 2 não terá condições e tempo para comparecer em todas as escolas para desfazer a violenta campanha da chapa da Maria Izabel. Mas, com certeza, vem se dedicando ao máximo para que o programa de independência e democracia da chapa 2 chegue até o professorado.

Dia 26 de maio, o chamado da Corrente Proletária é para que os professores deem um basta à política burocrática e antidemocrática, que só tem trazido derrotas aos trabalhadores. E venham ajudar no fortalecimento desse polo classista e de luta, expresso na chapa 2 - Oposição Unificada Combativa.

ADQUIRA**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Rio Grande do Norte **Boletim da Corrente Proletária na Educação – maio**

O Boletim da Corrente Proletária na Educação faz a campanha contra o “pagamento da greve” (reposição de aulas) e critica a culpa imposta aos grevistas pelos dias perdidos. No caso dos professores do estado do RN, após uma greve de 37 dias, o governo impôs o parcelamento do piso salarial e um calendário de pagamento, que prejudica as férias dos professores e estudantes, além de atacar na prática o direito de greve. Trata-se de uma punição do governo Fátima (PT/ MDB) para enfraquecer a categoria nas próximas lutas. A Corrente Proletária na Educação defende a resistência coletiva, rejeita a imposição do governo e cobra da direção sindical uma assembleia geral, para centralizar a luta e dar uma resposta ao duro ataque da governadora petista.

O Boletim divulga também que a chapa MUDA SINTE/PSTU foi eleita para dirigir o sindicato (núcleo São Gonçalo do Amarante), durante o período de 2023 a 2027. No entanto, a divulgação dos resultados não considerou o número de abstenções, o que prejudica uma séria avaliação política. A Corrente Proletária na Educação par-

ticipou do processo eleitoral chamando a categoria a votar nulo e a construir uma fração revolucionária no sindicato.

Além disso, o Boletim aborda sobre a paralisação nacional da educação, em Natal/RN, a qual teve pouca adesão dos trabalhadores em educação, apesar das escolas terem interrompido suas atividades. O ato convocado pelo SINTE/RN teve baixa mobilização, com cerca de 150 trabalhadores. O Partido Operário Revolucionário (POR) defendeu a independência política e a necessidade de unidade entre a comunidade escolar, o movimento estudantil e os pais.

Destaca-se a vitória dos estudantes da EETI Professora Clara Teó, que conquistaram seus direitos por meio da organização independente, unidade e ação direta. Após anos de luta pela reforma das salas de aula e instalação de ar-condicionado, realizaram uma greve e manifestação, obtendo vitória no atendimento às reivindicações.

Por fim, o Boletim faz campanha contra a guerra na Ucrânia, denunciando a escalada militar, promovida pelo imperialismo norte-americano e seu braço armado a OTAN, destacando a necessidade de um movimento da classe operária e dos oprimidos em busca do fim da guerra e de uma paz sem anexações.

180ª Plenária Nacional do Sinasefe

Distraçionismo de uma direção sindical governista impediu que a Plenária servisse para organizar a campanha salarial de luta!

A 180ª Plenária Nacional do Sinasefe ocorreu após 3 dias de reunião do Grupo de Trabalho sobre carreira, que discute os pontos a serem apresentados junto ao governo na pauta da campanha salarial. A Plenária foi iniciada com os informes das seções, que expressaram desde os diferentes níveis de sucateamento dos IFs, pressão sofrida nos Colégios militares e desânimo da base com o sindicato (baixa filiação, desfiliações e dificuldade para formação de chapas para direções das seções). Dentre os informes da direção nacional, destacam-se: as dificuldades apontadas para garantir o já rebaixado reajuste de 9%, que após assinado o acordo pelas direções do FONASEFE ainda ficou na dependência da aprovação do Projeto de Lei no Congresso; e, o informe da situação financeira, com o baixo valor do caixa atual do sindicato.

A pauta sobre conjuntura, campanha salarial 2024 e propostas do GT estava prevista para ocorrer depois dos informes da Comissão, que apura o golpe de mais de um milhão de reais pela empresa contratada para organizar o 34º Congresso do Sinasefe em maio de 2022. A programação previa uma hora para este tema, mas a condução levou a que fossem dedicadas 5 horas (iniciando no sábado e sendo concluído no domingo), com lamentações e resignação à expectativa no judiciário. A direção inverteu a prioridade da plenária que serviria para organização da campanha salarial. Com poucas horas para o encerramento da plenária, análise de conjuntura, campanha salarial e as propostas dos GTs foram atropeladas. Assim, não bastou o prejuízo financeiro para o sindicato, o golpe da empresa ainda é usado pela direção sindical para roubar o tempo da plenária que deliberaria a campanha salarial 2024.

O GT apresentou como proposta de calendário a próxima reunião do GT e Plenária Nacional, ambas presenciais, de 14 a 18 de junho. A direção nacional se opôs, alegando que poderia surgir algum compromisso com o governo neste período, mas foi derrotada após argumentação de representantes da base no GT. Há uma preocupação da base em relação aos encaminhamentos da campanha salarial e a aprovação da LOA do próximo ano, visto que a LOA é utilizada como argumento, inclusive pela própria direção do sindicato, para ser um limitante no índice que será negociado junto ao governo.

As falas que apontavam a necessidade do caminho da greve e da ação direta para defender as condições de trabalho e de vida dos servidores

eram respondidas pela direção como um ataque à governabilidade de Lula. A proposta apresentada pela Corrente Proletária/POR de Dia Nacional de Luta pela revogação das contrarreformas e medidas que atacam os servidores e serviços públicos, por indicar a necessidade da greve e das paralisações, foi barrada na mesa, indicando que não havia tempo para discutir e que não havia consenso. Sobre a análise de conjuntura, a coordenadora geral Elenira justificou o arcabouço fiscal como substituição possível à Emenda Constitucional do teto dos gastos, mesmo sob crítica de parte dos servidores presentes. A direção nacional defendeu como calendário de “luta”, o envio de algumas representações de seções a Brasília, sem envolvimento ou paralisação dos servidores nos campi. É dessa forma que a base não é estimulada a fortalecer o sindicato. A direção do Sindicato deu informe de campanha de filiação, mas na prática não atua para que os servidores sejam convocados a construir seu instrumento de luta, com chamado de assembleias presenciais, que levante as reivindicações para fortalecimento da campanha salarial ativa dos servidores.

O POR atuou na Plenária com distribuição do Manifesto, fala e banca de materiais. No Manifesto fizemos um chamado à construção de uma campanha salarial ativa e unificada. Que a conjuntura é de crise, o governo é burguês, e como todo governo burguês atua para garantir os interesses da burguesia. O ataque às carreiras dos servidores federais é parte do ataque ao serviço público e só pode ser defendido com a organização da luta. Defendemos a aprovação de um chamado às centrais, sindicatos e movimentos para que organizem um Dia Nacional de Luta pela revogação de todas as contrarreformas, defendendo direitos, empregos e salários, com greves, paralisações e bloqueios de avenidas e rodovias. Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem as assembleias e comitês de luta presenciais.

Diante do questionamento e tentativa de impedimento da montagem de nossa banca por parte da comissão organizadora da Plenária, apontamos que a exibição e vendagem dos nossos livros, folhetos, jornais e revistas da educação é parte da nossa atuação política no sindicato, que democraticamente deve permitir que as correntes que compõem o movimento sindical expressem livremente suas publicações, que têm como objetivo contribuir com a luta da classe operária e demais explorados contra o capitalismo.

Nesta edição:

Entrevista: Memória eterna ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e do CERQUI

Formação política: Grupo de Estudos do Marxismo faz homenagem a Guillermo Lora

Bolívia: Guillermo Lora e a Assembleia Popular

Divulgar e estudar os escritos de Lora: Trotsky e a derrocada do estalinismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu

Argentina: Realizada a Conferência Nacional do POR

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



14 anos do falecimento de Guillermo Lora

Memória Eterna ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e construtor do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI

Abaixo publicamos a primeira parte da entrevista promovida pelo perfil @valter.ponto, no dia 12 de maio – Tributo ao Militante Marxista Revolucionário Guillermo Lora (14 anos de seu falecimento). Devido à extensão, a segunda e terceira partes serão divulgadas no próximo jornal Massas. Essa atividade fez parte da Campanha de reconhecimento da militância marxista-leninista-trotskista de Lora e a sua contribuição à luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Os subtítulos foram colocados para destacar os principais aspectos da exposição, realizada por Atílio de Castro.



Boa noite ao camarada e a todos os nossos ouvintes. Eu agradeço em nome do POR a possibilidade de fazer uma saudação ao nosso camarada Guillermo Lora, que faleceu há quatorze anos. Foi na data de 17 de maio de 2009, o seu falecimento. Esse é o motivo desta live e o da campanha que o POR do Brasil e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) estão realizando, de forma a recordar não só a obra do Lora, mas a figura que foi esse homem extraordinário, cuja dedicação à luta revolucionária foi total. Lora se colocou à altura de um militante profissional, como um Lênin, um Trotsky, uma Rosa Luxemburgo, um Liebknecht. Se colocou à altura pela sua dedicação, pela enorme resistência às terríveis pressões que todo revolucionário sofre, seja pela repressão do Estado, seja pelas dos próprios adversários políticos. Lora esteve preso, ficou confinado em uma espécie de campo de concentração, devido justamente ao trabalho que o POR da Bolívia vinha realizando, e também esteve exilado, teve de sair da Bolívia, esteve no Chile, na Argentina. Levou uma vida como todo revolucionário que se dedica à luta de classes, como acaba tendo todo revolucionário.

Esse é um lado que o Lora constantemente procurou incentivar, inclusive quando estávamos mais próximos dele nos momentos iniciais da nossa militância no Comitê de Enlace. Lora sempre deu muita importância ao problema do militante profissional, tendo por base a experiência de construir o POR. Quer dizer, o militante profissional não é aquele que ganha para militar, é aquele que dedica a vida à revolução proletária. Dedicar a vida à revolução proletária em todos os níveis, em todas as facetas, em todos os parâmetros. Lora foi essa figura, esse homem, essa dedicação desde muito jovem. Esteve junto aos mineiros, justamente devido a uma situação de perseguição política, porque a célula de La Paz, por ter feito um trabalho de propaganda contra o imperialismo, contra opressão norte-americana, sobre a Bolívia, um país capitalista atrasado, semicolonial, Lora e sua célula sofreram uma perseguição brutal, o que o levou a viver com os os mineiros, num acampamento mineiro, em Oruro, e de lá surgiu as Teses de Pulacayo, em 1946.

A vida política de Lora reflete a militância profissional, não apenas do ponto de vista da inflexibilidade, da dedicação ao extremo, mas também da qualidade muito especial do militante leninista, que é a de unir a teoria e a prática. A unidade entre teoria e a prática faz com que, em qualquer parte do mundo que tenha um partido marxista que una a teoria e a prática, com certeza vai ajudar no desenvolvimento da teoria, da teoria revolucionária, que tem toda a sistematização científica, histórica, estabelecida por Marx e Engels, Lênin e Trotsky, mas sabemos que não é estática, e que está em constante incorporação de novos elementos, e são elementos que surgem das particularidades nacionais, onde o partido está imerso. Lora - não só pelos embates dos marxista-leninista-trotskistas, como também pela experiência na construção do POR - sempre criticou severamente os pseudos intelectuais ou intelectuais que se reivindicam do marxismo, que se reivindicam do trotskismo, e que não reconheciam que a revolução exige que a construção do partido em determinada realidade tem de extrair



as particularidades nacionais como reflexo da realidade maior, da realidade determinante que é a economia mundial. As economias nacionais não são uma somatória, são integradas e estão condicionadas pela economia mundial, foi assim que o capitalismo se desenvolveu até nossa época, que é a época de desintegração, a época do imperialismo.

Dedicado empenho na defesa do internacionalismo proletário

Lora se guiara pelo trabalho de mergulhar nas questões bolivianas, sem perder a orientação geral do internacionalismo, das leis gerais da revolução, porque o que Marx e Engels nos deixaram, como legado científico, é que as revoluções seguem determinadas leis que são leis da economia, leis da política, leis da história. Não é um processo cego, não é casual, é um processo histórico. E isso implica que para construir o partido tem de haver assimilação das conquistas do proletariado em seu longo embate com a burguesia, seus governos e seus Estados. É preciso haver uma assimilação da teoria, das conquistas do passado, das lições do passado, temos de aprender com as lições do passado e se lançar na solução dos problemas que estão em suas mãos. Estão nas mãos da classe operária em um determinado momento, em uma determinada situação.

A história do POR é longa. Foi fundado em 1935, em Córdoba, Argentina. Um dos militantes, José Aguirre Guinsborg, que se achava exilado no Chile, devido se destacar na luta contra a Guerra do Chaco, foi expulso do Partido Comunista Chileno já estabelecido e acabou se exilando na Argentina e constituindo o POR nesse período, em 1935. Mas Lora mostra, na história do POR, em inúmeros documentos, - ele investigou muito a origem do POR da Bolívia - que houve um momento crucial na vida do partido, e que se não houvesse esse momento o POR não existiria como existe hoje, que o entroncamento entre o marxismo que aquela juventude estava assimilando e o proletariado mineiro. Foi nesse momento que se soldou a teoria revolucionária, o programa revolucionário, as ideias revolucionárias, com os instintos revolucionários do proletariado. Lora expõe muito essa ideia dos instintos revolucionários do proletariado, no sentido leninista, de que a teoria não nasce espontaneamente, a teoria é um processo científico, histórico, mas que para que se realize é necessário que passe a expressar os instintos revolucionários do proletariado, que é a classe revolucionária.

Essa experiência que teve com os mineiros, principalmente, em 1946, determinou o percurso do POR da Bolívia. Lora vai investigar bastante, vai enfatizar muito, porque essa é uma lição muito particular da Bolívia. Os mineiros são uma particularidade. A Bolívia não tem uma indústria desenvolvida, mas o proletariado mineiro é essa expressão, como parte do proletariado mundial. Estava lá enfiado nas minas, mas como expressão do capitalismo, da exploração capitalista, em um país extremamente atrasado. Então este vínculo da teoria marxista com o instinto revolucionário do proletariado vai aparecer nas Teses de Pulacayo, vai se cristalizar, digamos assim, nas Teses de Pulacayo, em 1946. É por isso que o POR dá muito valor. E nós marxista-leninista-trotskistas damos muito valor. É importante essa constatação, porque as outras correntes trotskistas, que se colocaram no campo do revisionismo,

foram obrigadas a reconhecer as Teses de Pulacayo. Nenhuma corrente rejeitou essas teses. O POR tem os adversários nos próprios revisionistas do trotskismo. Tem um de seus maiores adversários, ficando abaixo somente do stalinismo, que é o grande adversário de marxismo-leninismo-trotskismo, os revisionistas que necessariamente não tiveram como desconhecer e combater as Teses de Pulacayo.

Essa experiência, esse embrião do POR nesse período da década de 1940, vai possibilitar que Lora e seus camaradas, que estão se formando, que estão dando suas primeiras formulações partidárias mais precisas, no sentido leninista do partido, encontrem justamente no Programa de Transição da IV Internacional a sua aprendizagem e a sua aplicação nas particularidades bolivianas, e é por isso que nas Teses de Pulacayo encontramos justamente a presença das leis da revolução proletária, que são as leis que se encontram no Programa de Transição, e que se encontram, anteriormente, no programa dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional Comunista, cuja estratégia é a da ditadura do proletariado e o método é o da luta de classes.

O fato do POR entender, nesse momento, que a revolução na Bolívia era uma revolução proletária, mas com determinadas particularidades, porque Bolívia é um país de economia atrasada, semicolonial, que justamente isso implicava ao partido uma tarefa, que era a de elaborar o programa. Não adianta alguém pensar que basta adotar o Programa de Transição que se resolve tudo. Isto é absurdo. O Programa de Transição revela as leis da revolução e o método próprio do materialismo histórico, de forma que as reivindicações e a estratégia estejam intimamente soldadas. Os marxista-leninista-trotskistas se apoiam nele para a elaborar o programa onde e por onde a revolução vai se desenvolver.

Podemos afirmar, pelo menos de tudo que lemos dos escritos de Lora, que o POR nasceu em 1935, e a importância dessa origem está no fato dele estar ligado à oposição de esquerda trotskista. Embora nesse período o POR, até 1946, não tivesse uma vinculação orgânica com a IV Internacional, foi fundamental o fato de ter se insurgido contra o revisionismo estalinista. A necessidade desse vínculo com a organização fundada pela Oposição de Esquerda Internacional, sob a direção de Trotsky, em novembro de 1938, vai se impor justamente quando o partido passa a ser expressão do proletariado mineiro. Aí sim, o problema se abre, o universo se abre, a perspectiva se abre, e aí se vai verificar toda a questão camponesa, a questão indígena, o problema da lei do desenvolvimento desigual e combinado, de como funciona o sistema capitalista, e Lora vai aprimorar, vai estudar esta lei do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista, que foi reconhecida por Marx/Engels, assimilada por Lênin e por Trotsky, que a aprimorou com a noção de desenvolvimento combinado. Trotsky vai desenvolver a ideia da combinação deste sistema, onde aparecerá, numa só unidade, formas pré-capitalistas de produção entrelaçadas às formas capitalistas de produção, sendo determinantes as leis de desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista de produção. Essa noção da realidade boliviana implica certas tarefas da revolução proletária, que são as tarefas democráticas, que a classe operária tem de resolver, em aliança com o campesinato e em resposta à tradição indígena, a resistência indígena contra a opressão. A questão da autodeterminação das nacionalidades indígenas ocupa um lugar particular na revolução proletária na Bolívia. O que exigiu um profundo conhecimento histórico das nacionalidades e das relações de classe desenvolvidas pelo capitalismo.

O Lora vai sentir a necessidade de assimilar profundamente a teoria da revolução permanente. Por isso que a teoria da revolução permanente mereceu um livro de Lora, e há muitos trabalhos sobre essa noção histórica da revolução proletária mundial. Talvez a teoria da revolução permanente e a lei do desenvolvimento desigual e combinado tenham calado fundo na sua compreensão, na sua militância e na sua contribuição ao marxismo. Nota-se que o dirigente porista se dedicou a mostrar como é que a revolução per-

manente, tendo na sua interligação com a lei econômica do desenvolvimento desigual e combinado, vai materializar a fisionomia do programa revolucionário do POR.

A intervenção do POR na revolução de 1952

Então eu passo para um outro momento: a revolução de 1952. O POR esteve presente, momento esse muito elevado na vida política do partido, justamente porque o POR compreendeu a necessidade da aliança operária e camponesa, nas condições concretas em que a força do nacionalismo burguês do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) era muito grande. O MNR tinha força nos setores camponeses, indígenas etc., e arrastava os mineiros. Então, na revolução de 1952, o POR conseguiu fazer não só uma intervenção sistemática, mas também incorporar no programa as experiências, que incluem o reconhecimento dos erros e das fragilidades partidárias, de forma a incorporar na teoria programática os grandes acontecimentos da luta de classes, que emergem em uma revolução. A revolução de 1952 passa a ser vital na elaboração do programa do POR. Por exemplo, o POR do Brasil não passou por nenhuma revolução, esse é um grande problema para nós. Não fomos testados. Ampliando o horizonte da questão: que partido trotskista da América Latina passou por uma revolução e foi testado? Só o POR. Aí está a fortaleza. A fortaleza do POR nesse momento.

Em 1952, o POR continuava isolado da IV Internacional, e a IV, ou seja, a direção que herdou a IV Internacional de Trotsky não estava à altura. Não estava à altura de responder mundialmente ao processo revolucionário. Uma direção que foi incapaz de ver, observar uma revolução em um país semicolonial, que estava em choque profundo com o imperialismo norte-americano na América Latina, não ser capaz de compreender e de apoiar a política revolucionária do POR, estava fadada ao fracasso, e foi o que aconteceu. Michel Pablo, o pablismo, foi o responsável por uma revisão da IV Internacional em 53, que acabou levando ao seu estilhaçamento no período que abrange a década de 1960. O Pablismo, e daí saiu o mandelismo, e outras tendências, como por exemplo o Partido Socialista dos Trabalhadores da dos Estados Unidos (SWP), concluiu no mais burdo revisionismo. Esse momento é muito importante para se compreender por que, de conjunto, as variantes do revisionismo da IV Internacional se apresentaram unidas contra o POR da Bolívia. Eu falo aos camaradas, o pablismo foi derrotado na Bolívia. Do ponto de vista teórico, do ponto de vista da concepção de programa e do ponto de vista da concepção de revolução. O pablismo acabou sendo conivente com a posição governamental do MNR, enquanto o POR estava em choque total com o nacionalismo. Pela caracterização marxista-leninista-trotskista que tinha do caráter da revolução. Se o POR não tivesse em 1946 elaborado o caráter da revolução, certamente não passaria pela prova da revolução de 1952. Queria chamar atenção para essa ideia, que me parece importante nessa questão.

O lugar do POR na Assembleia Popular

Por último, temos de colocar a Assembleia Popular de 1971, que foi a forma avançada de uma de uma organização, que Lora caracteriza como soviética, e que um golpe militar abreviou a sua vida. Um golpe fascista, de Banzer, que foi um ponto alto do golpe fascista na América Latina, como foi o de Pinochet, no Chile. Essa experiência da fundação de uma organização frentista, que tinha esse caráter soviético, que o POR era uma parte das correntes, que se diferenciou e se destacou por estar munido da estratégia da revolução e ditadura proletárias, se deu no momento de uma crise profunda que ocorria na Bolívia e na América Latina. Era justamente o momento em que o castrismo e Che Guevara acreditavam que era possível através da teoria do foco fazer a revolução. Grande parte das esquerdas foi arrastada para a teoria

pequeno-burguesa da revolução foquista. O pablismo, depois de sua adaptação ao nacionalismo burguês, não resistiu às pressões do castro-guevarismo.

Então veja que o POR passou por uma pressão, imagine a pressão enorme que se estendia por toda a América. Nós temos um folheto sobre a luta armada no Brasil, em que estudamos todas as tendências da luta armada e vimos que não houve uma corrente nesse período no Brasil que tenha sido capaz de fazer uma crítica programática ao foquismo. E nós pagamos um preço alto por isso. Todas as correntes praticamente foram arrastadas no Brasil. Na Bolívia, se deu diferentemente. Porque as formulações de 1946, as Tese de Pulacayo e a experiência de 52 levaram o POR boliviano ao amadurecimento, era um partido já amadurecido para enfrentar um momento como esse de um movimento foquista na América Latina, em que se acreditava que era possível através dos focos armados levantar as massas camponesas e se viabilizar a revolução latino-americana. Esse foi um grande erro do estalinismo, que arrastou inclusive os pablistas, os mandelistas, que se equivocaram profundamente e se bateram contra o POR, se chocaram contra o POR e ficaram à margem da Assembleia Popular.

O partido é o programa

O que eu quero mostrar com esses largos traços é que o Guillermo Lora foi uma figura central nesse processo. A revolução, a construção do partido é uma obra coletiva, não é obra de indivíduo. Indivíduos não criam a revolução, não criam o partido proletário. No entanto, as faculdades individuais, a dedicação, o trabalho, a seriedade, a clareza do militante profissional, como Lênin caracterizou, e que Lora assimilou plenamente, isso está explicado em muitos de seus livros. Nas Obras completas, se tem um percurso da história de construção do partido-programa, que deve ser estudado e incorporado na luta pela reconstrução da IV Internacional. Nos momentos cruciais da luta de classe na Bolívia, na América Latina e em outras latitudes, o POR deu passos avançados na elaboração programática que reflete inconfundivelmente a aplicação do Programa de Transição da IV Internacional, que expõe a elaboração do programa e da experiência revolucionária, para os quais o Lora teve esse papel central, como Lênin na revolução russa, em processo de elaboração coletiva com os revolucionários que foram capazes de erguer o partido da revolução proletária. Lora, como Lênin, para destacar o mais avançado militante bolchevique, sem dúvida, mostrou sensibilidade para os problemas políticos, como se entende as leis da história, como se analisam os problemas e como se responde do ponto de vista científico ao processo da luta de classes.

Queria concluir essa exposição com a seguinte ideia, às vezes conversando eu falo para os camaradas assim, presta atenção, como é que em país camponês, com os mineiros vivendo nas profundezas das minas, nas condições mais miseráveis, mais atrasadas, surge um militante, que às vezes nos países avançados como a França, Estados Unidos, onde a direção da Quarta Internacional esteve sediada, depois voltou para França, como é que nesses países tão avançados não se ergue um cérebro tão valioso, tão extraordinariamente perspicaz, e inflexível, do ponto de vista da luta de classes, frente aos partidos da burguesia, conciliação de classe, etc. Os grandes exemplos do marxismo se encontram na Europa. Mas também os piores exemplos de revisionismos, adaptações ao capitalismo, traições e falsificações do marxismo-leninismo-trotskismo. Socialdemocracia, estalinismo e revisionismo de pseudos trotskistas são responsáveis pela profunda crise de direção. A resposta do porquê o marxismo foi preservado e elevado em um país como a Bolívia está em que o proletariado é mundial. E o marxismo é uma ciência, que pode ser assimilada em qualquer parte do mundo, desde que haja essa dedicação, desde que haja esse trabalho que o Guillermo fez, aproveitando as condições particulares da luta de classes em seu país como parte da luta de classes mundial.

Em esse trabalho tem uma característica essencial, que é como o intelectual se proletariza. O Lora foi justamente este estudante que se meteu onde estava o proletariado mineiro, e se proletarizou de fato. Existe o intelectual que se coloca como marxista, e o marxista que é intelectual. Quer dizer, esse marxista que é intelectual, é aquele que, vindo da pequena-burguesia (no passado distante, da própria burguesia), se proletariza profundamente. Então, Lora nos deixou uma herança extraordinária, que é uma herança combatida pelos revisionistas do trotskismo. Este é o maior crime que as correntes centristas, revisionistas que combatem o POR Bolívia, cometem. Isso porque eles estão se chocando contra uma conquista da classe operária. Um capital mundial da classe operária, que se tornou imprescindível para a revolução em um país extremamente atrasado e, como tal, para a luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Isso porque estão se confrontando com uma elevação teórica e política, que podemos dizer que é de continuidade da IV Internacional. Se tomarmos a literatura, os estudos, as formulações que vêm dos lambertistas ou que vem inclusive do cérebro que mais escreveu, como é o caso de Ernest Mandel, que tem uma obra extraordinária, nunca chegou a ser um trotskista pleno. Sua obra se perdeu em meio ao revisionismo pablista.

O dever marxista de assimilar e aplicar as experiências do POR da Bolívia

Nossa homenagem ao Lora não é uma homenagem formal. Não temos esse interesse. O Lora dispensaria isto se nós tentássemos colocá-lo num pedestal. Ele tem inclusive momentos dos seus trabalhos em que diz, olha um militante tem de ser vivo, tem de entender com a sua própria cabeça, não se prender ao dogmatismo etc. A realidade está sempre exigindo novas respostas e o revolucionário é aquele que se põe a dar as respostas como exigência da elaboração coletiva e da intervenção do partido na luta de classes, tendo por base a experiência do mundial e uma teoria consolidada, que é o marxismo. Uma teoria consolidada não tem como capitalismo derrubar e extirpar, jamais. Lora deixou uma obra de setenta volumes. É uma obra extraordinária. Estudando esta obra se verifica que o dirigente do POR e do CERQUI trata de todos os problemas que estão vinculados às transformações revolucionárias, que

não são transformações revolucionárias só na Bolívia, sua visão de internacionalismo deixa muito claro que uma revolução na Bolívia é parte da revolução latino-americana, um elo da tarefa histórica de conquistar os Estados Unidos Socialistas da América Latina, que foi programaticamente elaborado por Trotsky, sob a mesma diretriz dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo. A luta do proletariado por enterrar o capitalismo na América Latina é uma tarefa da revolução mundial. É nesse marco que Lora deixou uma magnífica história do movimento operário da Bolívia, elaborações de sínteses teóricas sobre a revolução permanente, a lei do desenvolvimento desigual e combinada, um trabalho valioso de aplicação da noção de guerrilha e de crítica ao foquismo, inspirado na experiência que vem do bolchevismo. As respostas ao problema da educação, a exposição sobre a unidade entre a teoria e a prática, o problema da educação do indígena na Bolívia etc., a aplicação do materialismo histórico, do materialismo dialético no processo da educação, são conquistas que fortalecem o marxismo.

Para concluir, não podia deixar de falar da importância do seu livro “A Contrarrevolucionária Perestroika. Derrocada da Burocracia Estalinista”, no qual Lora desenvolve as posições do marxismo-leninismo-trotskismo contrárias ao movimento contrarrevolucionário expresso por Gorbachev. Chegava-se a um momento da contrarrevolução em que se colocava de maneira bem visível como o stalinismo impulsionava o processo de restauração capitalista. “A Contrarrevolucionária Perestroika” é um livro extraordinário porque foi escrito antes da dissolução da URSS em 1991, mostrando como que a revolução política, formulada programaticamente por Trotsky, mantinha toda a sua vigência, toda a sua necessidade, sendo, portanto, imprescindível para derrotar a contrarrevolução em marcha e impedir a restauração capitalista. É uma obra muito particular essa, extraordinária, que todo militante tem de estudar. Depois desse livro, Lora vai escrever sobre o avanço da restauração em momentos diferentes, seguindo o processo que levou à dissolução da União Soviética, sendo os seus últimos escritos realizados em 1998, sempre mostrando o acerto histórico de Trotsky em sua luta contra a degeneração estalinista e em defesa da revolução política. O que tem uma importância muito grande hoje para se entender a que ponto chegou a restauração capitalista. E, necessariamente, para responder à guerra na Ucrânia.

Formação Política

Grupo de Estudos do Marxismo faz homenagem a Guillermo Lora

Como parte da campanha que o POR tem realizado neste mês de maio, em homenagem a Guillermo Lora, o Grupo de Estudos realizou na última terça-feira (16) um estudo do texto “Sobre o Programa de Transição”, que Lora escreveu em 2008. O Grupo vai se debruçar, no próximo período, ao estudo do Programa de Transição da IV Internacional, escrito por Leon Trotsky.

O encontro, como é de costume, contou com uma primeira parte de informes e análises de conjuntura, onde foi apresentado, entre outras coisas, a situação do movimento docente em São Paulo, que atravessa um momento de eleições e construção de uma greve. Em seguida, foi feito um informe sobre a campanha de homenagens que temos realizado, que conta com atividades presenciais em SP, RN, PE, CE etc., além de atividades virtuais no dia 18 e 20 com participação de membros do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Com esse trabalho, o POR cumpre a tarefa de levar os escritos de Lora e a experiência revolucionária do POR boliviano para as massas brasileiras, em especial para a juventude que vem se aproximando do marxismo, e precisa enfrentar o bloqueio exercido pelas muitas correntes revisionistas do trotskismo no Brasil.

Um camarada fez uma exposição político-biográfica de Guillermo Lora, apresentando-o como expressão do proletariado consciente da Bolívia, apesar de seu atraso econômico em relação aos países imperialistas. Essa ideia é importante, como nesse país surge um revolucionário profissional da envergadura de Lora? A resposta está justamente no caráter internacional do proletariado, que permite o desenvolvimento da teoria e da ação prática da classe operária em qualquer país. Ganhou destaque na exposição a luta de Lora para organizar a classe e entroncar a teoria marxista com os instintos revolucionários do proletariado mineiro na Bolívia.

Em seguida, os camaradas passaram a fazer diversas intervenções sobre o texto, sobre o Programa de Transição e sobre a experiência boliviana. Alguns simpatizantes participaram pela primeira vez e levantaram perguntas interessantes, como sobre o problema do amadurecimento do proletariado para fazer a revolução ou sobre a teoria da Revolução Permanente. Sobre o primeiro tema, discutimos a experiência revolucionária das massas na Bolívia em 1952 e 1971, mostrando que seu amadurecimento se deu através de sua expressão consciente, o Partido Operário Revolucionário. Sobre o segundo assunto (ambos

trazidos por simpatizantes), apresentamos o livro de Lora, sobre a revolução permanente em Marx, Engels, Lênin e Trotsky, que mostra o DNA da Revolução Permanente nos países do socialismo científico, diferente do que apresenta o estalinismo traidor e contrarrevolucionário.

Outro tema que foi muito discutido tratava da relação entre as reivindicações imediatas e as tarefas estratégicas da classe operária, a revolução. Mostramos a importância das reivindicações transitórias que estão na base do programa da Quarta Internacional. Mostramos que a absoluta maioria das correntes de esquerda abandonou até mesmo as reivindicações mais elementares por um

salário mínimo vital, que cubra as necessidades de uma família trabalhadora, a redução da jornada sem redução dos salários etc. A separação entre a luta pelas necessidades mais sentidas e a luta pela tomada do poder leva invariavelmente ao reformismo, por um lado, ou ao ultra esquerdismo descolado das massas, por outro.

Por fim, houve questionamento sobre a origem do POR no Brasil. Respondemos ao questionamento, afirmando inclusive que Guillermo participou e apoiou esse processo, ao mesmo tempo que trabalhava pela construção do CERQUI. O Grupo concluiu com uma saudação ao trotskista Guillermo Lora, ao POR da Bolívia e à luta pela revolução proletária.

Bolívia

Guillermo Lora e a Assembleia Popular



Lembramos de Guillermo em um dos seus feitos mais importantes, sua atuação como organizador e inspirador, como teórico da Assembleia Popular.

A Assembleia Popular, prosseguindo o fio condutor das Teses de Pu-

lacayo, proclamou de modo desafiante, em 1º de maio de 1971, “o que será e que fará o poder operário”.

Falar e pensar na Assembleia Popular é reviver esse sentimento de como nascia e como se lutava pela sua realização nesses dias de 1971, os quais estão marcados a fogo e não é possível esquecê-los, porque as formulações revolucionárias se fundem no apaixonante instante em que as ideias, ao se apropriar das massas, abrem o período em que o mundo velho está para morrer e a nova sociedade está para nascer.

Todos os meses de sua preparação, resultado de profundas mobilizações na radicalizada Bolívia, mobilizada até suas raízes, incorporou as profundas camadas dos explorados e desempregados, os que estavam dispostos a exigir aquilo que por anos e gerações lhes era negado, acordaram num único rugido: Viva a Assembleia Popular! ultrapassando o requeitado e morno nacionalismo do governo de Juan José Torres.

Esta experiência, que ficou no inconsciente coletivo, ressurgirá uma e outra vez quando as massas se livrem da burocracia parasitária e da farsa democrática burguesa, retomando a senda da Assembleia Popular, para lutar por seus próprios objetivos sob a direção proletária, quando Bolívia esteja pronta para “vencer o atraso e a fome”. Era isso que buscavam as mãos calejadas dos lutadores de 1971.

Não chegamos a construir nosso próprio governo, mas, o fato de termos lutado ombro-a-ombro com os explorados da Bolívia, foi um “passo prático mais importante que centenas de programas” (Marx, sobre a Comuna de Paris).

A Assembleia Popular foi uma experiência histórica de grandiosa importância, um passo em direção à revolução mundial.

Em meio desta página vibrante da história, Guillermo publicou no “Masas”, no 391 de 9 de maio de 1971:

“Viva a Assembleia Popular!”

“Em 1º de Maio foi oficializado o funcionamento da Assembleia Popular ...”

“... A Assembleia Popular é um órgão de poder das massas e da classe operária, isto é, toma em suas mãos a solução dos seus problemas nacionais e tem a decisão de executar suas resoluções mediante o método da classe operária. Na medida em que as massas se mobilizem, este poder criará e levantará a dualidade de poder contra o governo militar. Em outras palavras, o sendeiro da Assembleia Popular é o sendeiro da revolução boliviana. O proletariado à frente do país pode tomar o poder, o que significará a vitória da revolução.”.

“... As resoluções da Assembleia Popular se materializarão à margem da ordem jurídica imperante – não pediu licença para nascer, nem invocou nenhum artigo constitucional para instalar-se e agir como direção das massas –, seguindo o caminho da ação direta das massas, quer dizer, de um modo revolucionário.

“... A Assembleia Popular é uma frente anti-imperialista, em cujo interior existem tendências ideológicas e políticas divergentes, mas que, ao menos no plano das declarações, dizem estar de acordo com o programa da COB”.

“... Pela sua declaração de fevereiro de 1971, o Comando Político do Povo e da Central Operária Boliviana transformaram-se na Assembleia Popular, não numa variante do caduco parlamentarismo burguês, senão, em um órgão de poder da classe operária e das massas exploradas e oprimidas da Bolívia, dando dessa forma expressão organizativa e política às tendências revolucionárias mais profundas e poderosas que se agitam no seio do povo”.

“... Os assalariados, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, os homens e as mulheres da Bolívia são convocados a assistir o início dos trabalhos da Assembleia Popular no 1º de Maio próximo, data de lembrarmos a martirização e longa luta do proletariado mundial e nacional pela sua emancipação”.

“... A Assembleia Popular é uma frente anti-imperialista revolucionária dirigida pela classe operária, que detém 60% dos delegados. Esta organização, pelos seus objetivos e sua estrutura está destinada a garantir a vitória da revolução boliviana e seu entroncamento no socialismo e na materialização da emancipação nacional, expulsando do território nacional ao imperialismo e seus agentes”.

A Assembleia Popular traçou o caminho da nossa emancipação. O momento preciso se anunciará quando as massas se dispuserem a conquistar o poder. Farão armadas com esta experiência e terão desbravado o caminho a percorrer para compreender e dirigir melhor a batalha. A enorme capacidade de Guillermo Lora nos permitirá enfrentar esta epopeia melhor armados ideologicamente.

VIVA A ASSEMBLEIA POPULAR!

HONRA E GLÓRIA AO CAMARADA GUILLERMO LORA!

(Extraído do Jornal Massas, 2744, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Divulgar e estudar os escritos de Guillermo Lora

No jornal *Massas* anterior, publicamos “O que é e o que pretende o Partido Operário Revolucionário?”, do final 1958 e “Sobre o Programa de Transição”, setembro de 2008, como parte da campanha dos 14 anos do falecimento de Guillermo Lora. Agora, divulgamos um de seus escritos, de agosto de 1992, sobre a restauração capitalista que levou à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a defesa do programa da revolução política, formulado por Trotsky. Em fevereiro de 1988, Lora redigiu o documento, publicado na forma de livro, “A contrarrevolucionária perestroika. Derrocada da burocracia estalinista”. Em fevereiro de 1990, portanto um ano antes do desmoronamento da URSS, acrescentou mais dois capítulos (VI e VII), dedicados à bancarrota da burocracia estalinista e aos antecedentes da revolução política.

O presente documento “Trotsky e a derrocada do estalinismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu” dista do livro *Perestroika* apenas quatro anos. Tem imensa importância a demonstração dos acertos de Trotsky em sua caracterização do estalinismo como uma tendência política e burocrática que levaria à restauração capitalista da URSS, caso o proletariado não a derrubasse a tempo e reconstituísse as bases sociais, econômicas e políticas do regime soviético. Trotsky foi assassinado em 20 de agosto de 1940, portanto, 51 anos antes da liquidação da URSS. Levou meio século para que as forças internas e externas da contrarrevolução conseguissem derrubar a mais portentosa e avançada muralha do proletariado internacional.

“Trotsky deixou escrito que se continuar os golpes persistentes da burocracia termidoriana contra as bases econômicas do Estado operário degenerado poderia dar-se a restauração capitalista, considerada como um gigantesco retrocesso dentro do processo revolucionário, mas que tem de ser considerado como temporário”

Lora expressará o internacionalismo marxista-leninista-trotskyista do POR boliviano com o combate à perestroika e glasnost, encarnadas pelo Secretário Geral do Partido Comunista, Mikhail Gorbachev, empunhando as diretrizes de Trotsky, que se sintetizam no programa da revolução política. É importante observar o método marxista de análise do processo histórico que implica não só o diagnóstico mas também o prognóstico. É o que encontramos nos escritos de Trotsky e que se reflete nos de Lora, principalmente neste que aqui publicamos.

Destacamos, nesse sentido, as seguintes passagens: “Agora, assistimos a restauração do capitalismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu, mas ainda não apareceu – e isso pode acontecer no futuro – uma burguesia no poder, os que governam atualmente são elementos do aparato estalinista que tão aceleradamente

se dissolveram, produto da nomenclatura. A expulsão desses restos do tumor estalinista tem de ser realizada pela revolução política, ainda não há lugar para a revolução social, talvez terá de colocar-se no futuro, se a revolução internacional não acelerar o deslocamento para posições bolcheviques do proletariado da URSS e dos países do Leste Europeu”. (...) “Trotsky deixou escrito que se continuar os golpes persistentes da burocracia termidoriana contra as bases econômicas do Estado operário degenerado poderia dar-se a restauração capitalista, considerada como um gigantesco retrocesso dentro do processo revolucionário, mas que tem de ser considerado como temporário”. (...) “Trotsky assinalou com clareza que a permanência de Stalin e sua camarilha no poder político abria a perspectiva da restauração capitalista, certamente que momentânea. É a confirmação, a materialização desse prognóstico que presenciamos agora. Claro que se trata de uma restauração momentânea”. (...) “Trotsky pontua que a revolução proletária está na ordem do dia e que se o proletariado não derrota o capitalismo, este empurrará a humanidade à barbárie. A restauração capitalista na ex-URSS não somente confirma o prognóstico, como põe em evidência que o perigo da destruição da sociedade humana tem se agravado. A superação do descalabro somente pode dar a revolução proletária, que – repetimos – na ex-URSS será ainda política”.

Chamamos a atenção também para o fato de Lora assinalar o objetivo do imperialismo de controlar as regiões das ex-URSS. O que se passa na guerra na Ucrânia se encontra na seguinte passagem: “As maiores dificuldades com as quais vêm chocando as regiões da ex-URSS e os países do Leste europeu se gestam na séria guerra que travam entre si provocada pelas potências imperialistas, empenhadas em controlar em seu próprio benefício o ex-império do estalinismo”.

Finalmente, destacamos a questão da opressão nacional que recrudescer com a liquidação da URSS. Eis: “A revolução bolchevique – a ação e o pensamento sintetizados no marxismo-leninismo – proclamou o respeito e o direito à autodeterminação das numerosas nacionalidades existentes e que supõe sua constituição em Estados soberanos”. (...) “A URSS e vários Estados do Leste europeu se ergueram sobre a opressão nacional, uma evidente negação do marxismo-leninismo. Os acontecimentos posteriores demonstraram que os governos estalinistas estavam assentados no vulcão das nacionalidades oprimidas”.

Esses aspectos e formulações de Lora mostram o dirigente do POR se esforçou, nas condições difíceis de isolamento na Bolívia, em assimilar os fundamentos deixados por Trotsky e em aplicar diante do processo vivo da restauração capitalista que levou à destruição da URSS.

Trotsky e a derrocada do estalinismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu

Trotsky em sua crítica ao estalinismo põe em evidência a enorme capacidade para aplicar o método marxista-leninista ao analisar os fenômenos sociais e políticos. O estudo de suas críticas a respeito é indispensável para compreender a verdadeira natureza do estalinismo.

Lênin, também da mesma forma que Trotsky, considerava a burocracia estalinista como uma força contrária à revolução, isto é, reacionária. Partindo dessa premissa, Trotsky chegou à conclusão de que o nascimento do estalinismo se deveu à poderosa pressão contrarrevolucionária da burguesia internacional e das camadas conservadoras que não foram eliminadas ou que afloraram dentro da Rússia, como consequência das próprias vicissitudes da revolu-

ção. Se se esquece essa caracterização, não se pode explicar o trabalho destruidor da revolução que executaram Stalin e sua camarilha.

Trotsky assinala que a burocracia estalinista é contrarrevolucionária e termidoriana, o que significa que representa a reação – é a mesma reação – dentro do processo revolucionário, do nascimento da nova sociedade. Assinalou que a burocracia não era uma classe social – até o restabelecimento do capitalismo não teve na URSS o direito à herança -, mas um tumor surgido no partido e no Estado operário, por isso o caracterizou de degenerado.

No seio da própria Quarta Internacional surgiram tendências revisionistas, cedendo às pressões da própria burguesia e das tendências pequeno-burguesas socializantes, que afirmavam que o

Estado soviético era já capitalista e a burocracia uma nova classe social: a consequência obrigatória foi a proclamação do derrotismo diante da Rússia. Trotsky nunca abandonou o princípio da defesa incondicional da URSS.

A luta contra a burocracia estalinista constituía o ponto fundamental da defesa da URSS, que, para os revolucionários de outros países, devia combinar com a batalha encarniçada para alcançar a conquista do poder pelo proletariado.

Durante a vigência da Oposição de Esquerda, Trotsky batalhou para que o governo soviético e o Partido Bolchevique retificassem radicalmente sua linha e retornassem à tradição marxista-leninista. Desde os anos de 1930 e, sobretudo logo após à fundação da IV Internacional, Trotsky colocou a tática da Revolução Política na URSS, para que as massas proletárias – marginalizadas pela burocracia do manejo do aparato estatal, partidário e produtivo – retomassem o poder e a direção do partido. Essa linha conservou sua validade durante a longa crise do estalinismo e sua desintegração no poder. Agora, assistimos a restauração do capitalismo na ex-URSS e nos países do Leste Europeu, mas ainda não apareceu – e isso pode acontecer no futuro – uma burguesia no poder, os que governam atualmente são elementos do aparato estalinista que tão aceleradamente se dissolveram, produto da nomenklatura. A expulsão desses restos do tumor estalinista tem de ser realizada pela revolução política, ainda não há lugar para a revolução social, talvez terá de colocar-se no futuro, se a revolução internacional não acelerar o deslocamento para posições bolcheviques do proletariado da URSS e dos países do Leste Europeu. Os ex-estalinistas ou estalinistas que continuam controlando o poder, aparecem como paladinos da economia de mercado, do avanço do capitalismo, da privatização das empresas estatais, da invasão das multinacionais e dos vícios e corrupção burgueses, mas apesar de tudo, isso não os converte ainda em classe burguesa, para que isso se suceda tem de concentrar em suas mãos a riqueza, os meios de produção, a grande propriedade privada.

A restauração avança, mas se trata do capitalismo que conhecemos, envelhecido, caduco, que já não permite o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, do imperialismo em desintegração. Assim, a economia de mercado não resolveu os problemas econômicos e sociais da URSS, não oferece as transformações profundas e ousadas, que em seu momento realizou o capitalismo em ascenso. Em resumo, o surgimento do capitalismo nesses países não quer dizer que é novo ou que é rejuvenescido, continua sendo o capitalismo putrefato que clama por ser enterrado, é suficiente lembrar que a ex-URSS, Alemanha e demais países do leste europeu têm sido arrastados pelo redemoinho das calamidades do capitalismo envelhecido.

Os operários, que por um momento foram enganados e desorientados pela propaganda imperialista democratizante se viram de frente com o rosto feio do capitalismo decadente: desemprego massivo, altos custos das mercadorias, baixíssimos salários, benefícios sociais que são custeados com uma parte do que ganham os trabalhadores etc.

É evidente que há resistência ao avanço do capitalismo, mas é uma resistência instintiva, elementar, que por si só não pode levar de maneira imediata à revolução política. O que faz falta, prontamente, é a presença de uma direção bolchevique forte, que agrupe os explorados ao redor de um programa revolucionário claro, que não pode ser outro a não ser o marxista-leninista-trotskyista, e acabe com os restos da camarilha estalinista que continua falando em nome do PCUS.

Esta tarefa constitui uma das maiores tarefas de nossa época. Durante sete décadas de ditadura sanguinária e contrarrevolucionária, a burocracia se encarregou de extirpar do cérebro dos trabalhadores toda ideia revolucionária, o que coloca a urgência de voltar a semear a semente do marxismo entre as massas despolitizadas, desideologizada.

É preciso partir da certeza de que um partido trotskista – capaz de levar as massas descontentes para a tomada do poder – não poderá se posto de pé de maneira imediata. Mas, o prazo podem encurtar se uma vigorosa Quarta Internacional cumprir esse objetivo por meio de sua acertada luta mundial. A quebra do fator subjetivo – o partido – da revolução se converte em tragédia. Tudo o que se faça para dar vida à Quarta Internacional – de cumprira a tarefa que deixou Trotsky antes de morrer – constitui uma forma efetiva de impulsionar as massas russas e do Leste Europeu para o socialismo.

Trotsky deixou escrito que se continuar os golpes persistentes da burocracia termidoriana contra as bases econômicas do Estado operário degenerado poderia dar-se a restauração capitalista, considerada como um gigantesco retrocesso dentro do processo revolucionário, mas que tem de ser considerado como temporário.

Reiteramos que as concessões da perestroika à economia de mercado e que desde o primeiro momento buscava a restauração capitalista é qualitativamente diferente da NEP leninista, que procurou utilizar o retrocesso – as concessões à economia de mercado – para impulsionar a marcha ao socialismo.

Em resumo: Lênin e Trotsky combateram aberta e energeticamente a degeneração burocrática do Estado operário e do Partido bolchevique, por estarem seguros que se caminhava a assegurar a derrota da revolução a serviço do imperialismo. Trotsky assinalou com clareza que a permanência de Stalin e sua camarilha no poder político abria a perspectiva da restauração capitalista, certamente que momentânea. É a confirmação, a materialização desse prognóstico que presenciamos agora. Claro que se trata de uma restauração momentânea.

É preciso assinalar que o desmoronamento do estalinismo na ex-URSS e nos países do Leste europeu e a restauração capitalista – também em certa medida na China – confirmam de maneira categórica a vigência do método marxista, não somente na análise da sociedade capitalista, mas também do processo de degeneração, de estancamento e de retrocesso da revolução. É a burocracia termidoriana que foi derrotada, que se quebrou, o que tem demonstrado nos fatos que a vitória revolucionária não deve passar pela política contrarrevolucionária que ela se esmerou em aplicar.

Lênin considerou o imperialismo como a etapa superior (última) no desenvolvimento capitalista, como o ponto culminante da contradição fundamental na base estrutural da sociedade. Trotsky pontua que a revolução proletária está na ordem do dia e que se o proletariado não derrota o capitalismo, este empurrará a humanidade à barbárie. A restauração capitalista na ex-URSS não somente confirma o prognóstico, como põe em evidência que o perigo da destruição da sociedade humana tem se agravado. A superação do descalabro somente pode dar a revolução proletária, que – repetimos – na ex-URSS será ainda política.

Até onde avançou a restauração capitalista? Parecia que havia detido no meio do caminho, porque não se tem dado o que tanto esperavam os ideólogos a serviço do imperialismo: o pronto florescimento da economia no marco capitalista. Tem-se se agigantado as contradições do sistema social e da economia de mercado em crise e suas consequências vêm atuando como muro de contenção para a solução radical das dificuldades criadas pela administração burocrática – sem a direta participação dos trabalhadores –, para o ingresso a uma época de bem-estar e abundância. Na URSS e nos países do Leste europeu, a crise estrutural da economia capitalista se reproduz agigantada e, por isso, coloca com muita energia a necessidade histórica da revolução política.

As maiores dificuldades com as quais vêm chocando as regiões da ex-URSS e os países do Leste europeu se gestam na séria guerra que travam entre si provocada pelas potências imperialistas, empenhadas em controlar em seu próprio benefício o ex-império do estalinismo. Cada metrópole do capital financeiro quer conseguir o predomínio nos territórios considerados sem dono, porque está

segura que assim poderá sobrepor a catástrofe da crise.

Os Estados Unidos é o país que mais tem avançado nesse objetivo, seguido de alguma forma pela Comunidade Europeia. O imperialismo norte-americano atravessa um período de enormes dificuldades econômicas, que se projetam na atual crise política. Não somente as multinacionais desse país, mas também seus dirigentes políticos burgueses, se empenham em retomar seus planos de submetimento – que respondem aos sonhos de explorar impiedosamente esse imenso mercado e fontes de matérias-primas, constituído pela ex-URSS e pelos países do Leste Europeu – dos territórios “libertados” graças à pujança do capitalismo. A esse extremo de estupidez chegam os teóricos a serviço da burguesia internacional.

Os operários alemães foram convencidos pela propaganda capitalista – isto em certo momento – e esperaram que a queda do Muro de Berlim fosse sinônimo do império da abundância e da liberdade, nesta ordem. A Alemanha ocidental tragou a oriental. De pronto apareceu toda monstruosidade do capitalismo em crise.

A revolução bolchevique – a ação e o pensamento sintetizados no marxismo-leninismo – proclamou o respeito e o direito à autodeterminação das numerosas nacionalidades existentes e que supõe sua constituição em Estados soberanos. A contrarrevolução

estalinista revisou tudo isso e retrocedeu as conquistas no terreno nacional. A URSS e vários Estados do Leste europeu se ergueram sobre a opressão nacional, uma evidente negação do marxismo-leninismo. Os acontecimentos posteriores demonstraram que os governos estalinistas estavam assentados no vulcão das nacionalidades oprimidas.

A derrocada das ditaduras estalinistas, de alguma forma a própria glasnost, permitiu a eclosão dos movimentos de libertação nacional, certamente que à margem da linha marxista revolucionária, como força centrífuga, buscando a constituição dos próprios Estados Nacionais.

Não se pode considerar concluído o drama das nacionalidades, nem sequer o vestígio da guerra civil na Geórgia ou com a tragédia da Bósnia. Os quinze países surgidos da derrocada do estalinismo na URSS constituem uma lição que não deve ser passada por cima.

O proletariado revolucionário, a revolução política, saberão, a seu momento, garantir plenamente a autodeterminação das nacionalidades, na perspectiva da sociedade sem classe e sem fronteiras nacionais.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LVII, 1992, Ediciones Masas)

Argentina

Realizada a Conferência Nacional do POR

No dia 6 de maio, realizou-se a Conferência Nacional do POR, reunindo o conjunto dos delegados eleitos nas células, com direito a voto, e militantes do partido e convidados, com direito a voz.

Em primeiro lugar, discutiram e aprovaram as teses da direção do CERQUI sobre a situação política internacional, caracterizada pelo agravamento da guerra comercial e o desenvolvimento das tendências bélicas. O capitalismo em decomposição não tem outro mecanismo para se perpetuar que não seja empurrar à humanidade para a barbárie, destruindo forças produtivas, mediante as guerras e atacando as conquistas dos explorados e oprimidos. O declínio dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica mundial, a queda da URSS e o crescimento da China definem o esgotamento da divisão do mundo realizada após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos e a OTAN estão empurrando para uma nova escalada militar, de modo a realizar uma nova divisão do planeta, por isso escolheram a Rússia e a China como seus “inimigos estratégicos”.

São os Estados Unidos e a OTAN que provocaram a guerra na Ucrânia com o objetivo de cercar a Rússia, destruir o regime e balcanizá-la. A aliança imperialista fornece armamentos em quantidades crescentes, porque a sua política é prolongar a guerra. Os Estados Unidos conseguem manobrar a Europa, primeiro com o BREXIT e agora impondo-lhe o incremento dos seus orçamentos militares, fraturando as suas relações comerciais com a Rússia e aumentando o preço do gás. O atentado contra o gasoduto no Mar Báltico foi um ato de guerra contra Alemanha.

A decomposição capitalista potencia os setores mais autoritários e direitistas da burguesia, e aumentam suas ações contra as reformas democráticas, que não podem sustentar-se devido à forte pressão para destruir as condições de vida. Os governos nacionalistas e reformistas não têm margem de manobra para realizar concessões às massas. Diante deles, se levantam lutas extraordinárias da classe operária na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, enfrentando a redução salarial mediante a inflação e as reformas que buscam destruir os direitos conquistados.

Sobre a base desta análise, a Conferência discutiu também o balanço dos debates do V Congresso do CERQUI acerca do avanço do processo de restauração capitalista na Rússia, assim como a campanha internacionalista do CERQUI sobre a guerra na Ucrânia.

O debate sobre a situação política nacional começou com a análise do percurso histórico do peronismo, que, como expressão do nacionalismo burguês, nasceu desfraldando as bandeiras de libertação nacional da nação oprimida e concluiu de joelhos diante do imperialismo. O POR entende que a superação da tutela ideológica do peronismo sobre a vanguarda operária é a principal tarefa que cabe ao Partido Revolucionário.

Discutiu-se especialmente a linha do Comitê Central de repúdio à perseguição contra Cristina Kirchner, considerada acertada, entendendo que somente as massas podem ajustar contas com o peronismo e seus representantes, e que o ataque à sua figura por parte da oligarquia e do imperialismo é um ataque à nação oprimida e às liberdades democráticas.

Aprovou-se o documento geral assim como a resolução sobre a tática eleitoral, que define as linhas da nossa campanha pelo voto nulo programático. Ainda que não possamos nos apresentar com candidatos, realizamos nossa campanha para combater as ilusões democráticas, desmascarando a democracia burguesa como uma forma da ditadura do capital.

Finalmente, se discutiram os balanços das regionais, destacando principalmente a análise da derrota do MPN nas eleições de Neuquén, a importância do nosso papel na direção das seções opositoras da ATEN, o avanço das perseguições do governo contra os ativistas e as perspectivas de luta na região.

A Conferência Nacional foi um passo adiante na construção do Partido Operário Revolucionário, preparando a militância para a intervenção na luta de classes em uma situação de agravamento da pobreza e miséria, diante do fracasso absoluto de um governo que sob o pretexto de “enfrentar à direita” não fez mais do que beneficiar à oligarquia e ao imperialismo. O governo que emergir das eleições será um governo de crise, obrigado a se chocar com as massas. Nossa tarefa será a de fortalecer a unidade para a luta, desde as bases, enfrentando a pressão desmobilizadora da burocracia peronista. Fundir a luta pelas reivindicações imediatas, na defesa de nossas condições de vida, com a necessidade de lutar para destruir o capitalismo mediante a revolução proletária.

Viva a Conferência Nacional do POR!

(Partido Operário Revolucionário da Argentina)